

RELATÓRIO & CONTAS INDIVIDUAIS '12





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1.	Órgãos Sociais	5
2.	Datas Relevantes	7
3.	Relatório do Conselho de Administração	9
	Enquadramento Macroeconómico	10
	Economia Internacional	10
	Economia Nacional	11
	Mercados	12
	Mercados Accionistas	13
	Mercados Obrigacionistas	14
	Mercado de Commodities	16
	Síntese da actividade desenvolvida	17
	Indicadores Individuais	19
	Actividade Desenvolvida	19
	Clientes Empresas	19
	Clientes Particulares	20
	Clientes Institucionais	22
	Actividade de Carteira Própria	23
	Controlo de Riscos	26
	Risco de Mercado	26
	Risco de Crédito	27
	Risco de Liquidez	27
	Risco Operacional	27
	Resultados Apurados e sua Aplicação	28
	Agradecimentos Devidos	28
4.	Demonstrações Financeiras	29
5.	Anexos às Demonstrações Financeiras	35
6.	Certificação Legal de Contas	107
7.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	111

1. Órgãos Sociais





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Secretários

Paula Alexandra Silva dos Santos Viegas

Carlos Eduardo Barbosa Periquito

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2. Datas Relevantes





2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maió – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro - 98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Acções Europa. Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de acções nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de Global Clearing Member da Clearnet
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco: Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
Janeiro – 04	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros O Banco obtém o estatuto de Trading Member Firm do Euronext Lisboa
Março – 04	A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Dezembro – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003 Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco
Junho – 05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de <i>default</i> e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Dezembro – 07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de conduit, até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro – 08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30,8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado
Janeiro - 10	Primeiro lugar na league table internacional “Structured Retail Products” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Março - 10	Obtenção de membership do Euronext para os mercados de Amsterdão, Paris e Bruxelas
Dezembro - 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atingiu os 13,7%
Fevereiro - 11	Lançamento de um Cartão Multibanco
Abril - 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro
Maió - 11	Lançamento de website transaccional (www.bancoinvest.pt)
Junho - 11	Lançamento de uma plataforma profissional de trading online – Invest Trader
Outubro - 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado
Novembro - 11	Prémio do Banco mais Rentável em Portugal atribuído pela Revista Exame, na categoria Pequeno e Médio Banco
Fevereiro - 12	Inauguração de um Centro de Investimento no Porto, na Rua Júlio Diniz
Outubro - 12	Prémio da revista Euromoney de Best Distributor for Performance of the Structured Products, distinguindo os produtos emitidos pelo Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente final
Outubro - 12	Abertura da décima primeira agência de Crédito Especializado
Janeiro - 13	O Fundo AR – PPR, gerido pela Invest – Gestão de Activos, é o fundo de alocação de activos nacional (fundo misto) com a maior rentabilidade em 2012 (48,9%)
Janeiro - 13	Abertura da décima segunda agência de Crédito Especializado
Fevereiro - 13	Dos três fundos mobiliários com rentabilidade mais elevada nos últimos doze meses em Portugal, dois são geridos pela Invest – Gestão de Activos: o mais rentável é o fundo AR – PPR, e o terceiro mais rentável é o AR – Médias Empresas

3. Relatório do Conselho de Administração





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial cresceu 3,2% em 2012, menos 0,7 pontos percentuais do que no ano anterior. A recessão registada na Zona Euro, aliada às incertezas em relação ao futuro da moeda única, funcionou como principal condicionante do dinamismo da economia global.

Apesar da esperada aceleração – para 3,5% e 4,1%, em 2013 e 2014, respectivamente – o crescimento permanece débil nas principais economias avançadas e vários são os riscos que ainda persistem, desde a crise da dívida soberana na Zona Euro à política fiscal nos Estados- Unidos, passando pela desaceleração económica nos países emergentes e em desenvolvimento, em particular na China. Neste cenário, de elevada incerteza e volatilidade, o ano ficou marcado pela determinação dos principais bancos centrais no sentido de suportar os mercados financeiros, impulsionando os preços e, desta forma, a confiança dos investidores.

Nos **Estados- Unidos da América** (EUA) os últimos indicadores económicos têm sido, de certa maneira, divergentes. Por um lado, o índice de actividade ISM Manufacturing terminou 2012 nos 50,7 pontos, bem abaixo do máximo do ano, reflectindo a recente desaceleração da economia mundial, em particular da Europa e da China. Por outro lado, a taxa de desemprego manteve a trajectória descendente, fixando-se nos 8,2% em Dezembro, e o mercado imobiliário tem demonstrado sinais de recuperação, contribuindo para a melhoria da confiança das famílias e do consumo privado.

Reflectindo esta melhoria, ainda que lenta, do mercado de trabalho, o índice de confiança dos consumidores manteve-se, durante o ano, relativamente estável, perto do valor máximo desde o início de 2008, factor bastante importante considerando o contributo do consumo privado no crescimento do produto. Por sua vez, a taxa de inflação manteve uma tendência descendente, fixando-se nos 2,0% em Dezembro.

De acordo com o FMI, a economia norte-americana deverá crescer 2% e 3% em 2013 e 2014, respectivamente. Este cenário enfrenta, porém, dois grandes desafios. O primeiro continuará a ser a criação de emprego, cujo ritmo lento levou a Reserva Federal (FED), em Setembro, a anunciar novas medidas de estímulo monetário, no sentido de manter as taxas de juro baixas e, como tal, favoráveis ao investimento, pelo menos até meados de 2015. O segundo é a imperiosa necessidade de redução do défice público, fundamental para a sustentabilidade fiscal dos EUA e para

a manutenção da confiança dos investidores. O actual debate em torno do aumento de impostos e da redução da despesa é, neste sentido, da máxima importância para o cenário macroeconómico dos próximos anos.

Na **Zona Euro**, a economia entrou em recessão, arrastada pela queda da confiança dos agentes económicos, apesar das medidas entretanto anunciadas para combater a crise financeira. Com efeito, no terceiro trimestre de 2012, o PIB registou uma diminuição de 0,2%, a segunda queda consecutiva, após os -0,1% do segundo trimestre. No conjunto de 2012, a economia da Zona Euro deverá contrair 0,4%, segundo as últimas projecções do FMI. A recuperação deverá ocorrer apenas em 2014, com um crescimento de 1%, após mais um ano de recessão em 2013 (-0,2%).

O cenário, contudo, não é homogéneo. A Alemanha continua a mostrar sinais de grande resiliência, apesar da fraqueza da procura externa. Segundo o FMI, a economia alemã deverá crescer 0,9% e 0,6%, em 2012 e 2013, respectivamente. Mais frágil é a situação em França, cujo produto é esperado crescer apenas 0,2% e 0,3%, respectivamente.

No sul da Europa a situação é, contudo, bem diferente. Espera-se que o cenário macroeconómico continue bastante adverso no curto prazo, dominado pela consolidação fiscal, desalavancagem financeira dos agentes privados e aumento do desemprego. Em Itália, a recessão deverá prolongar-se pelo próximo ano, com o PIB a cair 2,1% e 1%, em 2012 e 2013, respectivamente, segundo o FMI.

Por sua vez, em Espanha, as medidas de austeridade em curso, visando evitar o recurso ao auxílio financeiro externo, conduzirão a uma contracção de 1,4% e 1,5%, respectivamente. E, na Grécia o PIB deverá cair, em 2012, uns significativos 6,3%, após a queda de 7,1%, em 2011, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

A economia helénica deverá permanecer mergulhada na recessão, dominada pelos esforços de redução da despesa pública, medidas de austeridade, incluindo redução de salários, e aumento do desemprego. Ainda segundo a OCDE, a recuperação deverá apenas acontecer no final de 2014, uma vez melhorados os índices de competitividade, num cenário de maior crescimento mundial.

Nesta conjuntura recessiva na Zona Euro, a subida da taxa de desemprego que, em Dezembro último, atingiu os 11,1%, e o excesso de capacidade instalada deverão permitir que a taxa de inflação permaneça controlada, nos



actuais 2,3%. Excluindo os custos com a alimentação e energia, a taxa de inflação situa-se em apenas 1,5%.

À semelhança dos últimos anos, em 2013, os principais contribuidores para o crescimento mundial continuarão a ser os países emergentes e em desenvolvimento. Segundo o FMI, em média, estas economias deverão crescer 5,5%, em 2013, mais 0,4 pontos percentuais do que no ano agora findo. Em destaque, apesar do abrandamento verificado nos últimos trimestres, continua a China, com uma subida de 8,2%, em 2013, bem abaixo do ritmo registado nos últimos três anos. Por seu turno, espera-se que a Índia cresça 5,9%, em 2013, acima dos 4,5% deste ano.

Mais moderados serão os crescimentos na Rússia e no Brasil, na ordem dos 3,5%, em 2013. Nota ainda para os países da África Subsariana, cujas economias o FMI espera que cresçam 5,8%, no próximo ano.

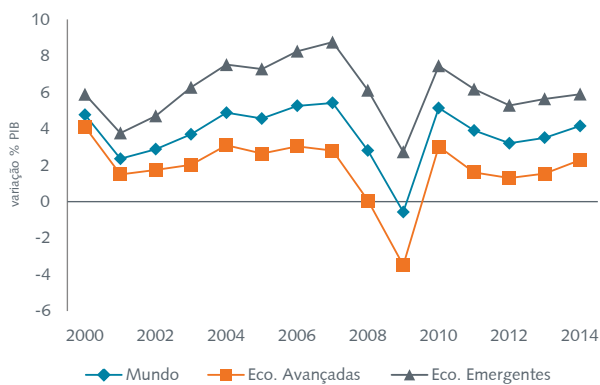
Em 2013, a manutenção das políticas restritivas, conjugada com a diminuição da procura externa, implicará mais um ano de contracção da actividade económica, estimada em 2,3% pelo Banco de Portugal.

A recuperação espera-se para 2014, com um crescimento de 1,1%, nível ainda insuficiente para permitir a diminuição da taxa de desemprego, que se estima que permaneça bem acima dos 16%, nos próximos dois anos.

O consumo privado é esperado cair 3,6%, em 2013, esboçando uma ligeira recuperação em 2014, com um crescimento de apenas 0,1%. Também o investimento, que em 2012 diminuiu 14,4%, deverá cair mais 8,5%, em 2013. O consumo público, que caiu 4,5% e 2,4% em 2012 e 2013, respectivamente, é esperado subir 1,5%, em 2014. Ponderados os respectivos pesos, a procura interna projectada deve permanecer negativa em 2013 (-3,4%) e aumentar apenas 0,8%, em 2014.

Mais positiva tem sido a evolução das exportações nacionais, com uma subida de 4,1%, em 2012. Contudo, consequência do abrandamento dos principais mercados de destino, o Banco de Portugal espera um crescimento de apenas 2% em 2013. Por sua vez, as importações deverão voltar a contrair em 2013 (-3,4%).

Evolução da Economia Mundial



Fonte: FMI (Jan-13)

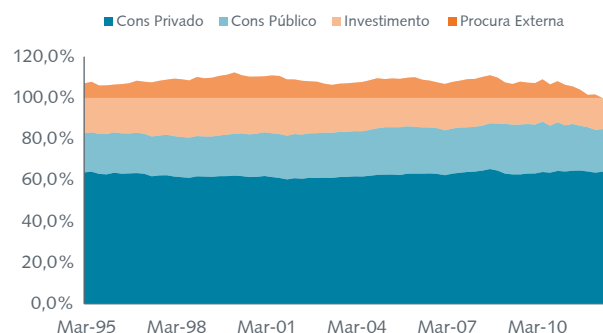
Economia Nacional

Em Portugal, o ano de 2012 ficou decididamente marcado pelos efeitos recessivos da implementação das medidas de consolidação fiscal e das reformas estruturais acordadas no Programa de Assistência Económica e Financeira assinado com a Troika.

O aumento generalizado da carga fiscal, os cortes verificados na despesa do estado e a desalavancagem do sistema bancário português provocaram uma forte contracção no consumo interno e no investimento, principais contribuidores para a queda de 3,2% do produto interno bruto.

Como consequência deste processo de ajustamento, verificou-se uma forte subida do desemprego e um aumento dos rácios de incumprimento de crédito.

Composição PIB



Fonte: INE

Consequência da expressiva queda da procura interna e do aumento das exportações, o saldo do comércio externo, que chegou a ultrapassar os 11% do PIB nacional, sofreu uma significativa melhoria, para praticamente zero.

Deste modo, o saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4% do PIB, em 2010, para uma situação de equilíbrio no final de 2012.

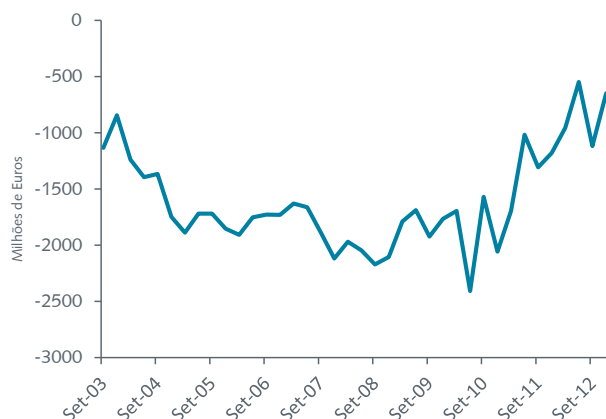
Segundo o Banco de Portugal, esta tendência deverá manter-se, sendo esperado um saldo positivo desta balança, equivalente a 4,4% do PIB, em 2014. Para este ajustamento muito contribuiu a saldo da balança de bens e serviços, para



a qual se estima um excedente de 3,1% e 4,1% em 2013 e 2014, respectivamente, após anos deficitários.

Balanço de Bens e Serviços

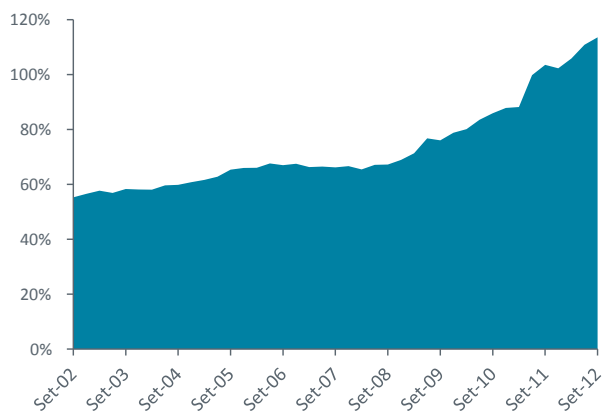
Fonte: Bloomberg



Segundo o último relatório da Direcção Geral do Orçamento, o saldo das administrações públicas ascendeu a -7.386 milhões de euros, no final de 2012, abaixo da meta dos 5% do PIB. Excluindo os juros da dívida pública, o saldo (primário) atingiu o valor positivo de 517 milhões de euros.

Considerando os défices esperados para os próximos dois anos, 4,5% e 3% em 2013 e 2014, respectivamente, a dívida pública deverá continuar a crescer, dos actuais 118% para os 125% do PIB, em 2014.

Dívida Pública Portuguesa (% do PIB)



Fonte: INE, IGCP. Dados até Set-12

Indicadores Económicos

	2012	2013	2014
Varição PIB			
EUA	2,3%	2,0%	3,0%
Japão	2,0%	1,2%	0,7%
Zona Euro	-0,4%	-0,2%	1,0%
Portugal	-3,2%	-2,3%	1,1%
Economias Avançadas	1,3%	1,4%	2,2%
Economias Emergentes	5,1%	5,5%	5,9%
Economia Mundial	3,2%	3,5%	4,1%
Taxa de desemprego			
EUA	8,2%	8,1%	7,6%
Japão	4,5%	4,4%	4,5%
Zona Euro	11,1%	11,9%	12,0%
Portugal	15,5%	16,9%	16,6%
Investimento			
EUA	5,7%	4,4%	7,1%
Japão	2,9%	0,9%	0,4%
Zona Euro	-3,6%	-1,9%	2,1%
Portugal	-14,4%	-8,5%	2,8%
Inflação (CPI var. face ao ano anterior)			
EUA	2,0%	1,8%	1,8%
Japão	0,0%	-0,2%	2,1%
Zona Euro	2,3%	1,6%	1,4%
Portugal	2,8%	0,9%	1,0%
Economias Avançadas	1,9%	1,6%	1,8%
Economias Emergentes	6,1%	5,8%	5,3%
Economia Mundial	4,0%	3,7%	3,6%
Consumo Privado			
EUA	1,9%	2,1%	2,9%
Japão	2,1%	0,9%	0,8%
Zona Euro	-1,0%	-0,2%	0,9%
Portugal	-5,5%	-3,6%	0,1%
Consumo Público			
EUA	-1,0%	-0,5%	-0,8%
Japão	2,2%	0,2%	-0,5%
Zona Euro	-0,1%	-0,3%	0,4%
Portugal	-4,5%	-2,4%	1,5%

Fonte: FMI (Jan-13), Banco de Portugal (Dez-12) e OCDE (Nov-12)

Mercados

À semelhança do ano anterior, 2012 foi um ano marcado pela volatilidade nos mercados financeiros. O primeiro semestre foi dominado pela reestruturação da dívida



pública grega e respectivas eleições legislativas e pela debilidade do sistema financeiro espanhol que, em Junho, pediu auxílio à Europa para se recapitalizar. O segundo semestre foi completamente diferente, tendo-se caracterizado por uma forte recuperação dos activos com risco, impulsionada pela determinação dos bancos centrais em estabilizar os mercados. Em termos globais, o ano acabou por ser bastante positivo, quer para as acções quer para as obrigações, tendo-se registado uma valorização do índice accionista MSCI World de 13,18% em Usd (11,15%, em Eur) e um estreitamento dos *spreads* de crédito das empresas e de vários estados soberanos europeus.

Mercados Accionistas

Os principais índices mundiais registaram ganhos expressivos em 2012. Nos Estados-Unidos, os índices S&P-500 e Nasdaq-100 valorizaram 13,4% e 16,8%, respectivamente. Estes ganhos, contudo, não foram lineares ao longo do ano, mas sim concentrados no segundo semestre, após os anúncios do BCE e da FED de que iriam fazer tudo para conter os riscos de contágio da crise financeira europeia.

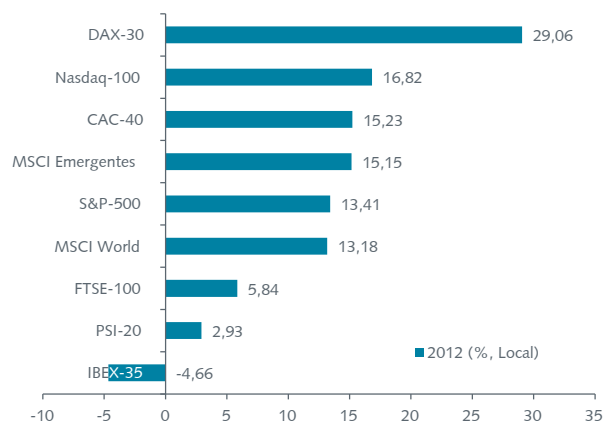
Com efeito, as medidas anunciadas – na Europa, a compra de dívida pública nos mercados secundários, com recurso ao Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), sem tratamento preferencial relativamente aos restantes credores; e, nos Estados-Unidos, a terceira fase de *quantitative easing* – permitiram uma significativa diminuição do *'tail-risk'* e, como tal, a recuperação das bolsas.

Na Europa, os índices Stoxx-600 e EuroStoxx-50 subiram 14,4% e 13,8%, respectivamente. Destaque para o índice alemão DAX-30, que valorizou 29,1%, beneficiando do bom desempenho da economia alemã relativamente às congéneres europeias, assente na competitividade do sector exportador.

Os piores desempenhos na Europa foram registados pelos mercados do sul, descontando as fracas perspectivas económicas no curto prazo. Os índices PSI-20 (Portugal), IBEX-35 (Espanha) e FTSE MIB (Itália) variaram 2,9%, -4,7% e 7,8%, respectivamente. No universo dos países periféricos, as excepções foram os mercados grego (33,4%), a recuperar das perdas extremas dos últimos anos, e irlandês (17,0%), com valorizações superiores às dos índices de referência europeus.

Relativamente aos mercados emergentes e em desenvolvimento, destaque para o mercado turco (52,6%), que beneficiou da promoção do país ao clube de países com *rating 'investment grade'*. Por seu turno, os grandes *underperformers* foram os mercados chinês (+3,2%, medido pelo índice Shanghai Composite) e brasileiro (+7,4%), penalizados pelo arrefecimento das respectivas economias. Em média, os mercados emergentes valorizaram 15,2%, em 2012.

Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Bloomberg

Num contexto de menor aversão ao risco, sobretudo no segundo semestre do ano, foi visível a opção dos investidores pelos sectores mais cíclicos em detrimento dos mais defensivos. Com efeito, os melhores desempenhos, a nível global, foram obtidos pelos sectores Financeiro (+25,6%, em USD) e Consumo Discricionário (+22,3%, em USD). Por sua vez, os sectores de Telecomunicações (+1,7%, em USD), Energia (+0,8%, em USD) e Utilities (-1,9%) registaram as piores variações.

Evolução dos Índices Sectoriais Mundiais



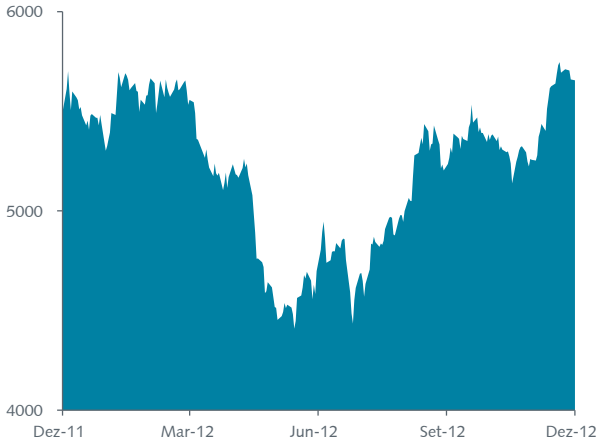
Fonte: Bloomberg. Índices MSCI.

No mercado nacional (PSI-20, +2,9%), destaque para a subida das acções da Sonae SGPS (+49,7%), Mota Engil SGPS (+51,4%) e Altri SGPS (+32,3%). Pela negativa, evidenciaram-se os títulos da Sonae Indústria (-23%), Cofina SGPS (-22,5%) e Portugal Telecom (-15,8%). Durante o ano, foram alvo de Ofertas Públicas de Aquisição (OPA) a Cimpor Cimentos de Portugal SGPS, ao preço de Eur 5.50, e a Brisa Auto-Estradas de Portugal SA, ao preço



de Eur 2.76. Por fim, uma nota para a forte recuperação da banca no segundo semestre do ano: BPI +79,1%, BES +66,4% e BCP +18,7%.

Evolução do Índice PSI-20

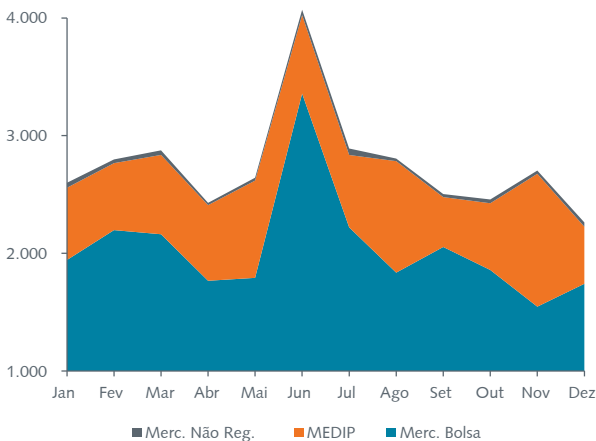


Fonte: Bloomberg

Reflectindo a aversão ao risco que dominou grande parte de 2012, o volume de transacções no mercado secundário nacional registou uma queda de 22%, face a igual período do ano passado, para os 33 mil milhões de euros. Para esta queda contribuiu, sobretudo, o decréscimo de 26% do volume transaccionado nas sessões normais do Euronext Lisboa, para os 21 mil milhões de euros.

Os sistemas de negociação multilateral mantiveram um peso residual, terminando o ano com um volume negociado de 400 milhões de euros, ou 1,2% do total.

Evolução do Volume de Transacções no Mercado Secundário da Euronext Lisboa

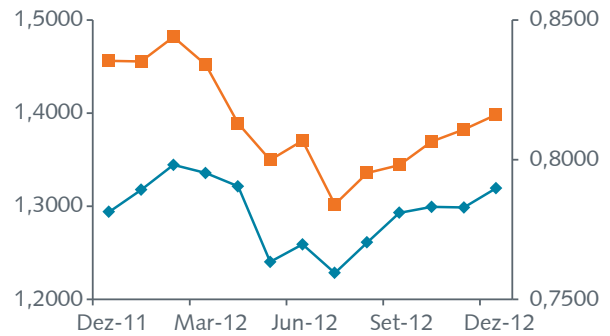


Unidade: Mil milhões de euros. Fonte: CMVM

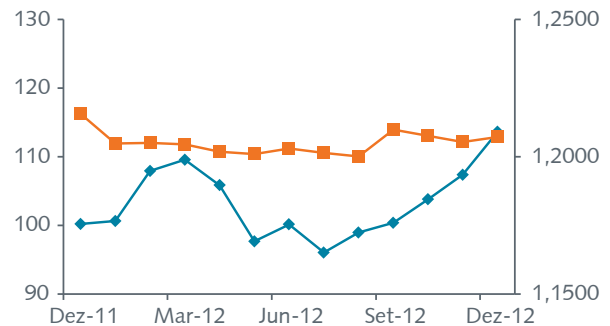
Mercado Cambial

Tal como nos mercados accionistas, também a evolução das principais divisas espelhou o menor ou maior apetite por risco pelos investidores, ao longo do ano. De facto, tomando como referência o comportamento do Euro, foi visível a forte correlação do mesmo com os principais índices de acções: no primeiro semestre, assombrado pelo risco de desmembramento da Zona Euro, a moeda europeia depreciou-se significativamente, tanto face ao USD como ao JPY; na segunda metade do ano, o cenário foi distinto, com uma apreciação, desde os mínimos de Julho, de 9,6% e 21,6% face ao USD e JPY, respectivamente. No total do ano, o EUR apreciou-se 2,0% e 13,4%, respectivamente. Nota ainda para o índice Dollar Spot, representativo do comportamento do USD face às principais divisas mundiais, que encerrou 2012 praticamente inalterado (-0,5%).

Evolução das Taxas de Câmbio



— EUR/USD (Eixo Esq.) — EUR/GBP (Eixo Dir.)



— EUR/JPY (Eixo Esq.) — EUR/CHF (Eixo Dir.)

Fonte: Bloomberg

Mercados Obrigacionistas

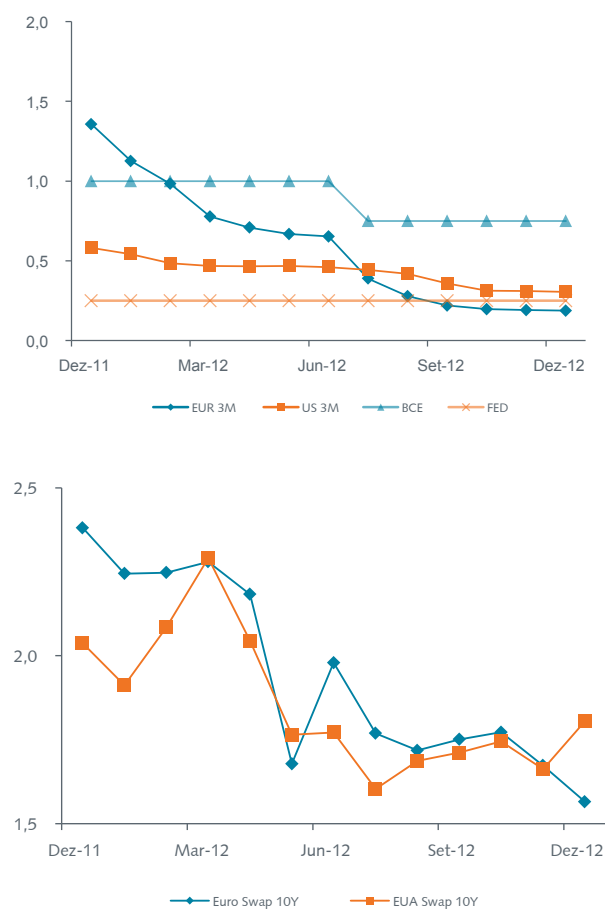
Na sua última reunião do ano sobre política monetária, a FED reiterou a intenção de manter a taxa de juro directora nos actuais 0,25%, valor mínimo histórico. A novidade, contudo, foi a explícita ligação feita entre a política monetária



e as taxas de desemprego e de inflação: de acordo com os responsáveis da Reserva Federal, as taxas de juro manter-se-ão baixas enquanto a taxa de desemprego se mantiver acima dos 6,5% e a taxa de inflação não ultrapassar os 2,5%. Ainda nesta reunião, a FED avançou com estimativas de evolução para o PIB e taxa de desemprego: para o primeiro as previsões são agora para um crescimento entre 2,0 e 3,2%, em 2013, 2,8% e 4,0%, em 2014, e 2,5% e 4,2%, em 2015; relativamente à segunda, a FED estima que a taxa de desemprego se situe entre os 5,2% e 6,0%, em 2015.

Na Zona Euro, o BCE cortou a taxa de juro em 25 bps, para os 0,75%, em Julho. E, ao contrário do congénere norte-americano, abriu a possibilidade de novos cortes, visando fomentar o crescimento económico, num contexto de reduzidas pressões inflacionistas. No final do ano, as taxas Euribor a 1 e 12 meses fixavam-se nos 0,109% e 0,542%, respectivamente, menos 92 e 141 bps do que no início de 2012. Nos prazos mais longos, as taxas swap a 5 e 10 anos situavam-se nos 0,77% e 1,57%, respectivamente.

Evolução das Taxas de Juro de CP e LP



Valores em %. Fonte: Bloomberg

Apesar da recuperação dos activos com risco, as *yields*

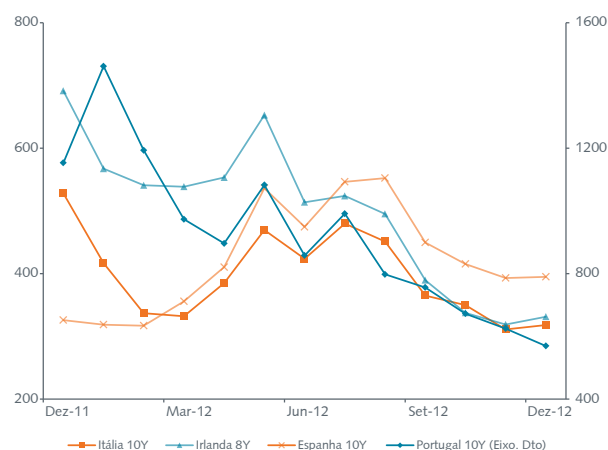
das obrigações de dívida pública mantiveram-se em níveis historicamente muito baixos, tendo inclusivamente diminuído no segundo semestre, descontando um cenário macroeconómico débil e inflação sob controlo, no futuro próximo. Nos Estados- Unidos, as *yields* a 5 e a 10 anos, terminaram o ano nos 0,72% e 1,76%, respectivamente, tendo em grande parte os preços sido suportados pelas operações de recompra de dívida pública que a FED tem vindo a efectuar ao abrigo do seu programa de *Quantitative Easing*.

Na Europa, a principal razão para a subida dos preços das obrigações e consequente descida das *yields* tem sido a contracção da economia europeia, perspectivando-se para 2013 a continuação da recessão verificada em 2012. No final do ano, as obrigações alemãs (Bunds) ofereciam *yields* de 0,30% e 1,32%, a 5 e 10 anos, respectivamente.

A determinação do BCE no sentido de reduzir o risco de desagregação da Zona Euro foi crucial, no segundo semestre, para a recuperação das classes de activos com risco, incluindo a dívida pública dos países europeus periféricos. Neste conjunto de países, excluindo a Grécia, cuja situação financeira se tornou de tal forma difícil e específica que o Eurogrupo se viu forçado a aprovar um novo pacote de auxílio em Novembro, destaque para a recuperação das obrigações do tesouro portuguesas, cuja *yield* a 10 anos caiu para os 7,0%, o valor mais baixo desde Fevereiro de 2011. No início do ano, esta *yield* atingiu os 17%; em Junho ainda se situava nos 10%.

Por sua vez, as *yields* a 10 anos das obrigações soberanas espanholas e italianas, a esta data, situavam-se nos 5,3% e 4,5%, menos 100 e 132 bps do que em Junho, respectivamente.

Crise da dívida soberana europeia – *spreads* para a Alemanha



Valores em bps. Fonte: Bloomberg

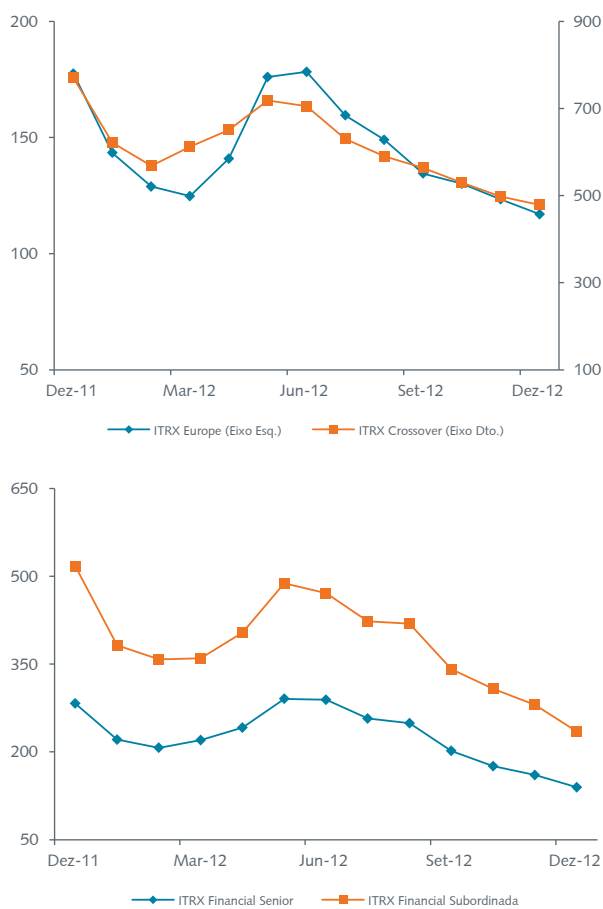
Em linha com as Acções, também as obrigações de dívida privada (*corporate*) registaram uma forte recuperação, em



2012. Restringindo a análise à Europa, os *spreads* de crédito das obrigações *investment grade* diminuíram dos 178 para os actuais 117 bps.

O estreitamento de *spreads* foi ainda maior no segmento *high yield*, com uma queda dos 770 para os 479 bps, no final do ano. A procura por *yield* pelos investidores beneficiou, ainda, a dívida financeira, em particular a dívida subordinada dos bancos, cujos *spreads* diminuíram 282 bps, em 2012, para os 235 bps.

Evolução dos *spreads* de crédito na Europa



Valores em bps. Fonte: Bloomberg

No mercado nacional, destaque para as emissões de dívida privada destinadas a pequenos investidores. Com efeito, o acesso negado aos mercados internacionais de dívida, conjugado com a forte procura de rendimento pelos particulares, num cenário de diminuição das taxas de juro dos depósitos bancários, conduziu várias empresas a optar por este segmento, tendo sido colocado um total de 1.875 milhões de euros, repartidos por sete emissões da Brisa, EDP, REN, Portugal Telecom, Semapa, Sonae e Zon Multimedia.

Mercado de Commodities

O abrandamento no ritmo de crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento, em particular da China, pesou no comportamento das cotações das matérias-primas que, em média, valorizaram apenas 0,3% em 2012. O grande contribuidor para esta queda foi o segmento da Energia, com uma correcção de 1,6%, por sua vez arrastado pela queda da cotação do barril de petróleo (-7,1%). Os restantes grupos registaram desempenhos positivos, com destaque para os Metais Preciosos (+7,1%), em particular para a Prata (+9,0%). Ainda assim, mesmo considerando o Ouro (+7,1%), cujo comportamento está sobretudo ligado ao sentimento dos investidores e à busca de protecção contra a depreciação do USD, a generalidade das matérias-primas encerraram 2012 bem abaixo das cotações máximas históricas.

Evolução das Matérias-Primas



Fonte: Bloomberg

Síntese da actividade desenvolvida



Indicadores Individuais

Indicadores (Euros)	2010	2011	2012
Margem Financeira	13.790.848	12.542.554	11.932.825
Resultados de Operações Financeiras	1.211.690	-3.635.643	6.780.133
Comissões Líquidas	2.477.141	2.187.673	1.761.533
Outros Resultados de Exploração	285.967	-199.813	-133.751
Produto Bancário	17.765.646	10.894.771	20.340.740
Custos com Pessoal	-4.461.988	-4.802.194	-4.896.550
Outros Gastos Administrativos	-2.726.463	-3.103.644	-3.283.650
Custos de Estrutura	-7.188.451	-7.905.838	-8.180.200
Amortizações	-505.163	-627.705	-849.082
Provisões e imparidades Líquidas	-2.391.195	-9.407.334	-11.049.327
Resultados antes de Impostos	7.680.837	-7.046.106	262.131
Provisão para Impostos	-1.446.491	1.950.827	-115.631
Resultados Líquidos	6.234.346	-5.095.279	146.500
Crédito Concedido Líquido	235.632.260	207.536.344	202.917.774
Recursos Captados	521.071.920	482.272.007	549.628.695
Capitais Próprios	51.911.117	42.577.709	54.297.759
Activo Líquido	582.293.691	539.651.941	628.070.582



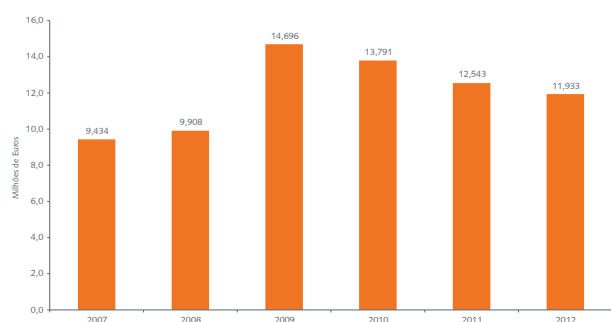
A actividade do sector bancário nacional em 2012 foi condicionada pela deterioração do tecido económico português e pela injeção de fundos públicos na recapitalização de quatro dos maiores bancos portugueses. O efeito mais sentido pelos Bancos, em consequência da recessão económica, foi o aumento substancial do nível de incumprimento nos contratos de crédito, que atingiu o valor mais elevado desde o início da área do Euro.

O aumento do desemprego, a redução do rendimento disponível das famílias, associada à quebra das remunerações e das prestações sociais e ao agravamento da carga fiscal, no caso dos clientes particulares, e o aumento das falências, a dificuldade de acesso ao crédito, e a redução das margens e das vendas, no caso das empresas, foram os principais factores que originaram o incremento verificado no risco de crédito. Na generalidade dos Bancos, a deterioração da qualidade da carteira de crédito teve como principal consequência um aumento significativo das imparidades e das provisões. Um segundo factor que impactou negativamente as contas de resultados do sector bancário foi a diminuição da margem financeira, provocada pela dificuldade dos operadores em repercutirem nas suas operações de crédito os aumentos registados no custo de *funding*.

Este enquadramento macroeconómico, extremamente adverso, condicionou o resultado líquido do Banco Invest em 2012, através do crescimento das provisões para crédito vencido. No entanto, globalmente, os resultados da actividade do Banco foram muito positivos, com o resultado integral a atingir os 11,7 milhões de euros. A margem financeira registou uma ligeira retracção, de 12,5 para 11,9 milhões de euros. De facto, apesar de, em termos percentuais, a quebra nos proveitos de juros ter sido inferior à verificada nos encargos financeiros, a diminuição da carteira de crédito acabou por resultar numa redução da margem em valor absoluto.

Para este efeito, não deixou de contribuir também a política de captação de clientes particulares, uma vez que a taxa oferecida para remuneração dos depósitos de clientes foi mais elevada do que o custo das alternativas de financiamento de que o Banco dispunha no mercado interbancário.

Evolução da Margem Financeira



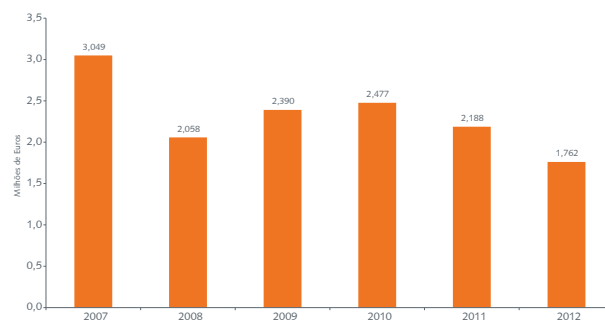
As Comissões Líquidas diminuíram de 2,2 para 1,8 milhões de euros, essencialmente por via da redução dos proveitos de corretagem – à semelhança do ocorrido no exercício de 2011 – reflexo da falta de interesse dos investidores pelos mercados accionistas e obrigacionistas. No entanto, as comissões associadas ao depósito e guarda de valores cresceram 10,7%, reflectindo o incremento do número de clientes, e dos produtos e serviços colocados pelo Banco.

De facto, o exercício de 2012 veio confirmar aquilo que já ficara bem patente no segundo semestre de 2011: a excelente receptividade do mercado aos produtos do Banco Invest, designadamente nos segmentos de clientes particulares e de clientes institucionais.

A maior proximidade do Banco junto dos seus clientes – alcançada por via do *website* e dos Centros de Investimento – aliada à competitividade dos produtos oferecidos, e à larga e diversificada experiência do Banco na área da custódia institucional, continuaram a gerar um aumento substancial do número de clientes, quer particulares, quer institucionais, que se traduziu num crescimento de 36% nos valores à guarda do Banco Invest, de 746 milhões de euros para 1.015 milhões de euros.

Este crescimento vem potenciar o aumento dos proveitos do Banco, uma vez que o seu impacto no Produto Bancário tenderá a crescer, com a progressiva diversificação do conjunto de produtos que os clientes detêm junto do Banco.

Evolução das Comissões Líquidas



Os resultados das operações financeiras alcançaram os 6,8 milhões de euros, beneficiando com a recuperação de preços que se verificou nos mercados de dívida, em especial na Europa.

Os Custos de Estrutura aumentaram 3,5%, reflectindo os investimentos realizados no incremento da capacidade de distribuição do Banco, nomeadamente no Centro de Investimento do Porto, inaugurado em Fevereiro de 2012, e na décima primeira Agência de Crédito Especializado, inaugurada em Outubro.

O Activo Líquido cresceu 16,4%, em consequência



do aumento verificado na carteira de títulos do Banco. Este incremento resultou essencialmente da aplicação de excedentes de tesouraria em dívida pública e papel comercial, emitidos com prazo de vencimento até 12 meses. As aplicações em bilhetes do tesouro foram integralmente efectuadas em Portugal, Espanha e Itália.

Os investimentos em Papel Comercial foram exclusivamente realizados em emittentes domésticos, com prazos que não excederam os 6 meses.

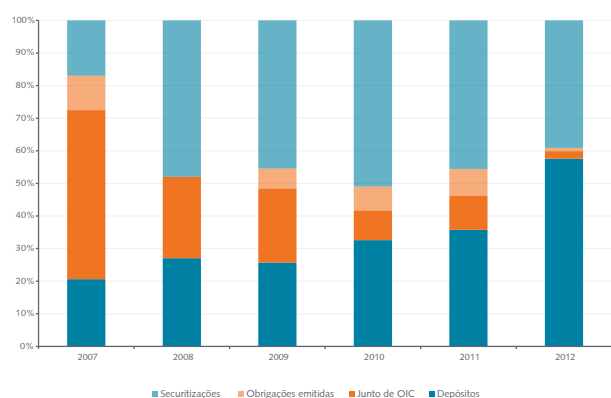
O rácio de transformação de depósitos em crédito (crédito não titularizado / depósitos de clientes) passou de 43% em 2011 para 23% em 2012, um dos mais baixos de todo o sector. Este indicador reflecte a saudável estrutura financeira do Banco, e uma independência muito clara do mercado de *wholesale funding*.

O Banco continuou a basear a sua estrutura de financiamento em recursos estáveis, não dependentes da volatilidade dos mercados, privilegiando a captação de depósitos de clientes. No término do exercício, os recursos de clientes totalizavam 185 milhões de euros - um crescimento de 54,7% - e apresentavam uma reduzida concentração por cliente, sendo maioritariamente captados junto de clientes particulares.

Por outro lado, os recursos associados a activos transferidos representam 23% do *funding* do Banco e correspondem a titularizações de operações de crédito, consubstanciando recursos estáveis, obtidos em operações de "true sale" colocadas junto de investidores finais. Finalmente, as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) totalizavam 228,4 milhões de euros.

A totalidade do financiamento obtido junto desta instituição é utilizada, na íntegra, para financiar uma parte da carteira de obrigações do Banco. A qualquer momento, este financiamento pode ser reembolsado através da venda, no mercado, de parte da carteira de títulos.

Evolução da Estrutura de Recursos (excluindo BCE)



No termo do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingia os 12,6%, um dos rácios mais elevados do sector financeiro nacional. Os rácios Core Tier I e Tier I atingiam ambos o valor de 12,4%.

Actividade Desenvolvida

Clientes Empresas

A especialização em serviços e produtos para as médias empresas nacionais procura acrescentar valor para o Cliente através de soluções não padronizadas.

Com a constituição de equipas multidisciplinares, o Banco oferece soluções tecnicamente sólidas e adequadas às necessidades de cada Cliente. O elevado grau de formação e experiência dos seus quadros e a rapidez dos processos internos de decisão asseguram a qualidade dos serviços prestados.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que se têm revelado de valor acrescentado em diversas operações.

Corporate Finance

A área de assessoria financeira e *Corporate Finance* mantém o seu enfoque na prestação de serviços às pequenas e média empresas nacionais, nomeadamente reestruturações financeiras e avaliações de empresas.

Em 2012, o Banco Invest voltou a assinar protocolos com o IAPMEI para disponibilização aos clientes das linhas PME Invest / Invest QREN.

Gestão de Risco

Em linha com o exercício anterior, a actividade de produtos financeiros derivados para Empresas, em 2012, manteve-se concentrada em produtos sobre taxas de câmbio e *commodities*, nomeadamente, sobre o Ouro, cuja cotação, apesar da volatilidade registada ao longo do ano, encerrou o exercício com uma valorização de 7% em USD, a 12ª subida anual consecutiva.

Menos significativo foi o volume transaccionado de coberturas de taxa de juro, reflexo natural da actual conjuntura económica e perspectiva de evolução futura das taxas de juro, em particular na Zona Euro.

O compromisso do Banco continua a ser a disponibilização



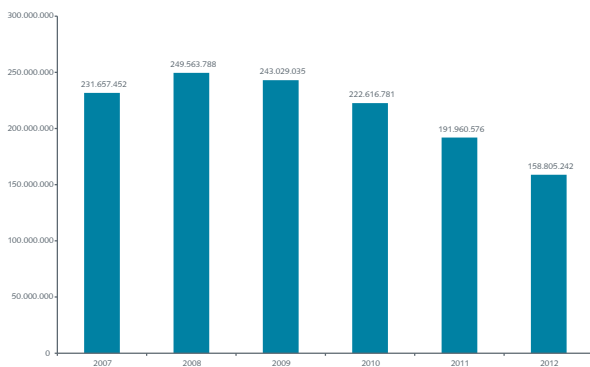
de soluções estruturadas de elevado valor acrescentado, construídas especificamente e conjuntamente com os Clientes, sobre taxas de juro, taxas de câmbio e matérias-primas.

Crédito Especializado

Tendo em consideração o enquadramento macroeconómico recessivo e a perspectiva negativa para a evolução dos preços do mercado imobiliário, o Banco manteve uma atitude restritiva na concessão de crédito de médio longo prazo a empresas. Foram apenas efectuadas operações pontuais de financiamento, essencialmente concedidas a clientes do Banco com um perfil de risco reduzido.

Neste enquadramento, o valor da carteira de crédito concedido ao investimento das Empresas, colateralizado com garantias imobiliárias, tem vindo a diminuir desde o exercício de 2008.

**Evolução do Crédito Vencendo
Actividade Empresarial**



A carteira de crédito apresenta uma elevada dispersão, com uma operação média em torno dos 250.000 euros, composta essencialmente por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

A quase totalidade da carteira de crédito está suportada por garantias reais, encontrando-se assim bastante limitadas as potenciais perdas provenientes do eventual incumprimento dos devedores. No final do exercício de 2012, 95% da carteira de crédito estava coberta por garantias reais, sendo que no crédito garantido o montante do capital em dívida não ultrapassava os 50,7% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*).

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.

Clientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Garantias sobre Crédito Vencendo à Actividade Empresarial

Crédito à actividade empresarial - 2012

Tipo de Crédito	Capital	Tipo de Garantia			
		Imobiliária	Outras	P. Financeiro	Total
Com Garantia					
- Mútuo	60.777.082	84.656.651	2.407.000	38.380.283	125.443.934
- Leasing imobiliário	85.155.652	167.593.274	287.262	589.697	168.470.233
- Leasing mobiliário	329.971	-	-	-	-
- Contas correntes	5.289.056	1.527.156	22.446	3.640.982	5.190.584
Sem Garantia	7.253.482	-	-	-	-
Total	158.805.242	253.777.080	2.716.708	42.610.962	299.104.750

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Na componente accionista, aproveitando as atractivas valorizações dos mercados, o Banco colocou à disposição dos seus clientes o investimento em índices de acções (ETF – Exchange Traded Fund), nomeadamente do MSCI (Morgan Stanley World Capital Index) do S&P, Eurostoxx 50, IBEX e FTSEMIB. Continuou ainda a estruturar produtos com capital garantido ou elevada protecção do capital.

Na componente obrigacionista o Banco tirou partido do aumento, no início de 2012, da exposição a obrigações corporate portuguesas com maturidades reduzidas. Para os clientes mais conservadores, o Banco prosseguiu, ao longo do ano, com emissões regulares de depósitos indexados, com capital garantido, a acções, índices de acções e matérias-primas.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros.

Para os Clientes que desejam ter uma maior intervenção na gestão das suas poupanças precisando, contudo, de um apoio profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de Aconselhamento. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respectiva implementação.

O ano de 2012 revelou-se um ano bastante positivo para a Gestão de Activos, tanto pelas rendibilidades obtidas nos produtos geridos pelo Banco como pelo reconhecimento, internacional e nacional, do trabalho desenvolvido na área dos produtos estruturados.

Com efeito, o Banco Invest foi distinguido como “*Best Distributor in Portugal for Performance*”, pela prestigiada revista Euromoney / StructuredRetailProducts.com.

Este prémio constituiu o reconhecimento do esforço de inovação e capacidade de estruturação do Banco, baseando-se na análise de rendibilidade dos produtos estruturados comercializados em Portugal, com vencimento entre Junho

de 2011 e Maio de 2012.

Os produtos emitidos pelo Banco Invest foram considerados, por esta análise, como os mais rentáveis para o cliente final. Destaque ainda para:

- O fundo Alves Ribeiro PPR, cuja rendibilidade, em 2012, atingiu os 48,9%, a melhor na sua categoria no mercado nacional (Fundos Mistos Defensivos EUR). Para este desempenho contribuíram a natureza estável do Fundo e a sua perspectiva de capitalização, permitindo a implementação de uma gestão que não está preocupada com as variações de curto prazo, mas sim com as tendências e oportunidades de longo prazo. Desde o lançamento do Fundo, a rendibilidade média anual ascende a 5,6%, igualmente uma das melhores na sua categoria.
- O fundo Alves Ribeiro Médias Empresas Portugal, igualmente gerido pela Invest Gestão de Activos, obteve uma rendibilidade de 12,6%, em 2012, contra os 2,9% registados pelo índice PSI-20, no mesmo período. A recuperação do mercado nacional, no segundo semestre do ano, foi potenciada pelo acertado posicionamento da carteira do fundo, em empresas de elevada qualidade e exposição aos mercados internacionais.
- As rendibilidades obtidas no serviço de Gestão Discricionária de carteiras, em particular no perfil Dinâmico com 14,4%, em 2012, contra os 9,5% do respectivo *benchmark*.
- O alargamento significativo da oferta de fundos de investimento estrangeiros, com o estabelecimento de novas parcerias com as mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais. A oferta global ascende agora a mais de 600 fundos de investimento, incluindo todas as classes de activos e mercados geográficos.
- O produto “Invest Long USD (Ser. 11/1)”, um depósito indexado, com capital garantido e remuneração indexada à taxa de câmbio EUR/USD. Este produto foi reembolsado em Maio, com uma rendibilidade de 8,83% (TANB).
- O produto “Invest Mineiras (Ser. 11/1)”, um depósito indexado, com capital garantido e remuneração indexada a cinco empresas internacionais do sector mineiro. Com maturidade máxima de 12 meses, o produto foi reembolsado antecipadamente, conforme previsto nas respectivas condições, no final do segundo semestre com uma rendibilidade de 6,52% (TANB).

Durante o ano de 2012, o Banco emitiu 40 novos produtos estruturados, sob a forma de depósitos, *notes* e *swaps*.





Corretagem

A maioria dos mercados accionistas teve um desempenho positivo em 2012, com o DAX a valorizar 29%, o S&P 13,4% e o Eurostoxx 50 13,8%. Com quedas ou valorizações mais reduzidas estiveram as bolsas dos chamados países periféricos, onde Portugal está inserido. A bolsa nacional, medida pelo índice PSI20, registou uma valorização de 2,9%. O volume transaccionado nas principais bolsas mundiais caiu significativamente tendo o *turnover* do Eurostoxx 50 reduzido 29,5%.

A actividade de corretagem do Banco foi obviamente afectada pela queda dos volumes transaccionados em acções e obrigações, tendo-se verificado um decréscimo de 38% no volume de negócios desta actividade em clientes particulares.

O Banco continua a competir, no segmento de *Prime Brokerage*, com base na qualidade do serviço prestado, destacando-se o relacionamento directo dos Clientes com os traders, o aconselhamento activo de investimento assente em informação fundamental e técnica, a gestão de ordens, análise de tendências, níveis de entrada e saída dos títulos, e a análise isenta e independente dos riscos envolvidos nas transacções.

O Banco continuou a desenvolver o serviço de corretagem online quer através de ordens dadas a partir do site www.bancoinvest.pt quer através da plataforma de negociação "Invest Trader".

A actividade tem vindo a crescer a um ritmo elevado, representando já o canal online 20% do total do volume de transacções realizadas por clientes particulares. Este valor é ainda mais significativo se considerarmos que a corretagem online apenas foi lançada no segundo semestre de 2011.

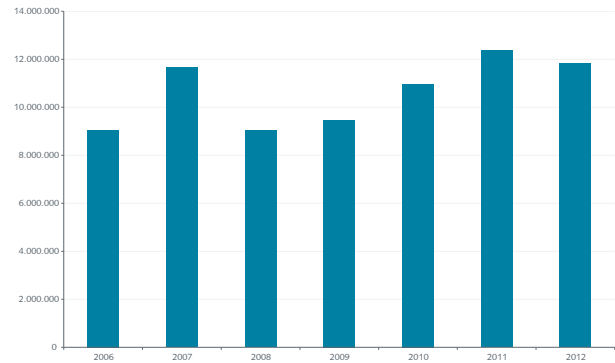
Crédito Especializado

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos.

Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investidas em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Evolução do Crédito Vincendo Clientes Particulares



O crédito concedido a particulares decresceu 4,5% em 2012, fruto essencialmente da redução verificada no crédito em conta margem (menos 31%) em resultado da queda do volume verificado na actividade de corretagem.

Clientes Institucionais

Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento.

O ano de 2012 foi mais um ano de crescimento e reforço da actividade de prestação de serviços junto de Clientes Institucionais.

O Banco manteve uma forte aposta na qualidade de serviço e no elevado grau de especialização e experiência dos seus quadros. Bem como numa estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos, criando condições para o envolvimento da Administração na condução corrente do negócio.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais. Por outro lado, o peso do segmento institucional no volume de negócios do Banco nesta área tem vindo a crescer, tendo já uma importância considerável.

O Banco conjuga uma atitude proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.



Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas. Ao longo do ano, foram originados vários produtos estruturados, na sua maioria sobre acções individuais. Pela conjuntura de mercado – elevada volatilidade nos mercados accionistas – a estrutura que suscitou maior interesse foi o *Reverse Convertible*, um produto com um cupão fixo elevado, função da volatilidade do Indexante, mas com risco de perda de capital.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente para os mercados para obter um melhor nível de cobertura.

Custódia

O Banco Invest continuou a reforçar a sua actuação enquanto banco depositário de referência para as sociedades gestoras de fundos (mobiliários, imobiliários e de capital de risco) independentes a actuar no mercado nacional.

No âmbito dos serviços de custódia de fundos imobiliários, o Banco Invest põe à disposição dos seus Clientes o profundo *know-how* imobiliário do Grupo Alves Ribeiro, nomeadamente no apoio à estruturação e montagem dos fundos, procurando oferecer a solução mais adequada em função das especificidades de cada operação.

No término do exercício, o Banco Invest era depositário de mais de 45 fundos, com activos totais de aproximadamente 720 milhões de euros.

Actividade de Carteira Própria

Gestão de Riscos de Mercado

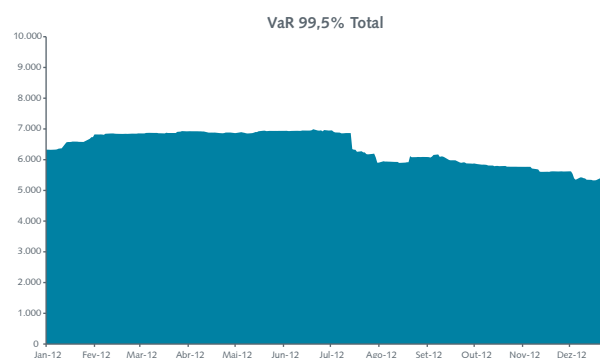
O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, investimentos alternativos, câmbios e respectivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos mercados.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk* (VaR), análise de risco de crédito – *Credit VaR*, *rating*, *basis point value*, *stress tests* – e limites de concentração por activo, por sector e por país.

As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de negociação, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

No ano de 2012, o VaR médio mensal total da Sala de Mercados foi de 6.197.382 Euros. No final do ano registava o valor de 5.435.356 euros. O *Value-at-Risk* médio mensal da carteira manteve-se em valores historicamente elevados, embora em níveis mais baixos do que os verificados em 2011. A elevada volatilidade registada foi resultante da turbulência ocorrida na dívida dos países periféricos da zona Euro.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (Carteira de Investimento) e da Carteira de Negociação (Carteira de *Trading*).



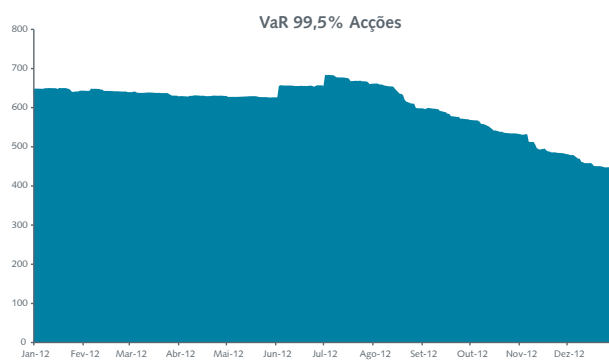
As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo a Sala de Mercados intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objectivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Durante o ano de 2012, em função do comportamento volátil do mercado accionista, o banco manteve a actividade de *trading* de acções em níveis reduzidos.



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Em 2012, o VaR médio mensal da carteira de acções do Banco foi de 423.218 Euros.

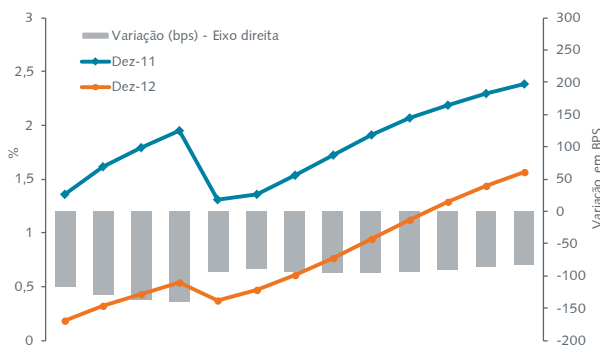
Gestão de Risco Taxa de Juro

Ao longo do primeiro semestre de 2012, as taxas de juro desceram, na sequência do agravamento da crise da dívida soberana na zona Euro. De facto, após o perdão de dívida à Grécia ocorrido em Fevereiro de 2012, a instabilidade

aumentou, com o pedido de ajuda de Espanha para a recapitalização dos seus bancos e com o agravamento das perspectivas económicas europeias.

Esta conjuntura recessiva, e de particular instabilidade, levou a que o Banco Central Europeu baixasse, em Julho, a sua taxa directora para 0,75%. Em termos anuais, a variação homóloga é significativa, sobretudo nos prazos até um ano, com os valores das Euribor abaixo dos 0,5%.

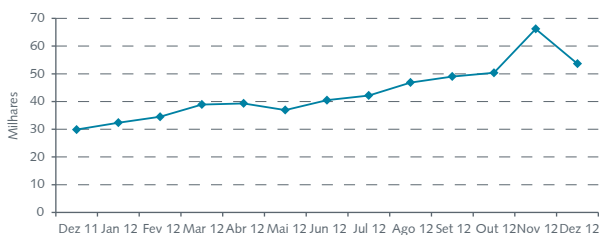
Evolução das taxas de juro do Euro em 2012 face a 2011



Valores em %. Fonte: Bloomberg

Durante o ano de 2012, o Banco Invest aumentou a sua exposição ao risco de taxa de juro, por via do aumento da carteira de obrigações em Portugal e Espanha, cujo risco de taxa de juro não foi mitigado, por se considerar que a cobertura deste risco seria potencialmente contraproducente.

Evolução Risco Taxa de Juro



Valores em BPV. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Obrigações

O incumprimento do serviço da dívida Grega teve consequências directas em todas as economias da Europa. Vários países europeus, e as respectivas instituições financeiras, assistiram à revisão em baixa dos seus níveis de *rating*, reflectindo uma redução da qualidade creditícia



atribuída numa amplitude sem precedentes. Portugal, Itália, Espanha e mesmo a França não escaparam a este ambiente de grande instabilidade, embora em escalas diversas.

No princípio de Julho, o BCE tomou medidas decisivas para a estabilização financeira dos países da zona euro, com uma nova descida de taxas e com o lançamento de um programa de recompra de dívida pública (*Outright Monetary Transactions*).

O anúncio do lançamento deste programa foi por si só suficiente para eliminar o prémio de risco de saída da zona euro, associado á dívida pública dos países da periferia europeia.

diversificando a sua exposição para países de menor risco. O aumento dos prémios de risco foi igualmente acompanhado por uma descida generalizada dos "ratings" atribuídos a países e empresas. Mesmo assim, a carteira de obrigações do Banco continua a evidenciar uma elevada qualidade de risco de crédito, com uma notação média de *rating* de BBB, e 78% dos títulos classificados como *investment grade*. A notação média da carteira do Banco é ainda mais significativa, se atentarmos ao facto de que a quase totalidade dos emitentes nacionais é *below investment grade* (BB).

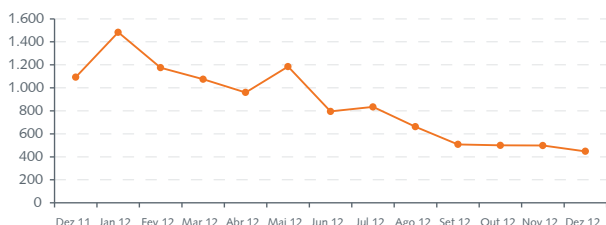
Evolução do Spread da Dívida Pública Soberana mundial (Itraxx Sovereign)



Valores em BPS. Fonte: Bloomberg

Em Portugal, o estreitamento de "spreads" foi significativo, reflectindo o reconhecimento por parte dos investidores do esforço do Governo Português no cumprimento do plano de assistência económica e financeira negociado com a Troika. Portugal beneficiou ainda da percepção dos investidores de que a sua dívida poderá, num futuro próximo, ser elegível para o programa de aquisição de títulos de dívida lançado pelo BCE (*Outright Monetary Transactions*).

Evolução do Risco Portugal (CDS)



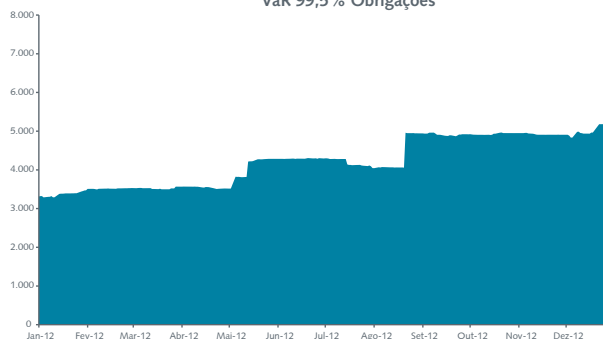
Valores em BPS. Fonte: Bloomberg

Neste cenário de extrema instabilidade, o Banco aproveitou a recuperação dos "spreads" para reduzir a sua exposição a dívida pública portuguesa de médio longo prazo,

Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA	0,16%	0,16%
AA	0,86%	1,02%
A	31,43%	32,45%
BBB	45,92%	78,37%
BB	18,85%	97,22%
B	1,64%	98,85%
<B	1,15%	100%

No exercício de 2012, o VaR médio mensal da carteira de obrigações do Banco foi de 3.738.550 Euros.

VaR 99,5% Obrigações



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Gestão de Risco Cambial

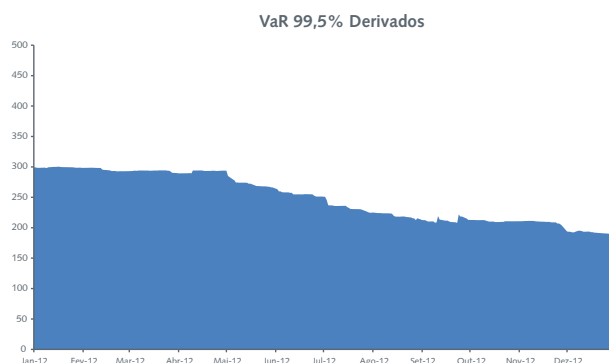
A exposição do Balanço do Banco a moeda estrangeira é muito reduzida. A gestão do risco cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares.

Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.



No final do exercício de 2012, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 20,4 milhões de euros. O VaR médio mensal do “Livro de Derivados”, com 99,5% de intervalo de confiança, ascendeu a 189 mil Euros.



Valores em milhares de euros. Fonte: Banco Invest

Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Contabilidade e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A trabalhar de forma mais autónoma, existe ainda a função de controlo de riscos, que reporta directamente ao Conselho de Administração, e cuja actividade se centra essencialmente na elaboração de auditorias sobre o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco em diferentes áreas de negócio e na verificação da adequação destes modelos na valorização e mitigação dos riscos.

O sistema de controlo de riscos implementado no Banco permite monitorizar e avaliar continuamente o risco de cada área funcional através de matrizes de risco que asseguram, de forma tempestiva, a prevenção de situações indesejadas e a adopção de medidas correctivas.

Os procedimentos de gestão e monitorização dos riscos existentes na Instituição estão descritos no Manual de Gestão de Riscos.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela

ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point (BPV)*, que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.

Os limites de VaR mensais, bem como os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo.

Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark to market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Suplementarmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e ou hipotéticos, adversos à carteira detida, e na análise de sensibilidade decorrente da alteração de diversos factores de forma a medir o seu impacto no valor dos activos, nos resultados e na solvabilidade. Os *stress tests*



são também parte integrante do processo anual de auto avaliação do capital interno (ICAAP), no sentido de aferir a adequação do mesmo ao desenvolvimento da actividade económica.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportada numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sendo sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num modelo proprietário, devidamente validado pelos auditores externos, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis, nomeadamente quanto à taxa de incumprimento, taxa de juro e preços do mercado imobiliário.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default*

e *recovery rate (loss given default)* históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante à dos títulos detidos em carteira.

No âmbito do risco de concentração de crédito, são efectuadas análises globais da carteira (crédito titulado e não titulado) mensurando-se a exposição por sectores de actividade e as maiores exposições individuais.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos. São efectuadas análises de *mismatch* e realizados *stress tests* para determinação de níveis de liquidez de segurança para fazer face a eventos inesperados.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.

A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de Procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem o âmbito de responsabilidade de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de



informação e prazos a cumprir, mitigando a possibilidade de ocorrência de prejuízos operacionais.

Periodicamente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Numa base diária, a Direcção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pelo Banco Invest, dentro da orientação traçada, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As Demonstrações Financeiras foram objecto de revisão por uma sociedade de auditoria externa, que sobre elas emitiu o parecer sem reservas à frente apresentado.

Os resultados líquidos foram de 146.500 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados 146.500 Euros

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 19 de Março de 2013

O Conselho de Administração

4. Demonstrações Financeiras





Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2012		2011		Notas	2012	2011
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4	4.834.746	-	4.834.746	16	228.442.066	147.702.517
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	4.760.531	-	4.760.531	17	62.680	736.835
Activos financeiros detidos para negociação	6	73.355.578	-	73.355.578	18	7.255.214	34.878.349
Activos financeiros disponíveis para venda	7	219.462.207	(7.551.475)	211.910.732	19	184.965.798	119.589.094
Crédito a clientes	8	215.556.990	(27.618.322)	187.938.668	20	3.188.926	27.669.503
Investimentos detidos até à maturidade	9	88.073.643	-	88.073.643	21	125.714.011	151.695.709
Activos não correntes detidos para venda	10	32.004.650	(4.650.722)	27.353.928	22	2.249.436	2.707.209
Outros activos tangíveis	11	6.043.178	(3.214.965)	2.828.213	14	2.385.323	-
Activos intangíveis	12	1.820.334	(1.252.927)	567.407	14	87.804	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	250.000	-	250.000	23	19.421.565	12.095.015
Activos por impostos correntes	14	-	-	-		573.772.823	497.074.231
Activos por impostos diferidos	14	9.052.111	-	9.052.111			
Outros activos	15	18.239.556	(1.094.531)	17.145.025	25	59.500.000	59.500.000
					26	214.968	(11.358.582)
					26	(5.563.709)	(468.430)
					26	146.500	(5.095.279)
Total do Activo		673.453.524	(45.382.942)	628.070.582		54.297.759	42.577.709
						628.070.582	539.651.940
						628.070.582	539.651.940
						54.297.759	42.577.709

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

**Demonstrações dos resultados individuais para os exercícios findos em
31 de Dezembro de 2012 e 2011**



(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	27	27.800.139	29.932.313
Juros e encargos similares	28	(15.867.314)	(17.389.759)
MARGEM FINANCEIRA		11.932.825	12.542.554
Rendimentos de instrumentos de capital	29	12.783	33.386
Rendimentos de serviços e comissões	30	2.251.197	2.719.344
Encargos com serviços e comissões	31	(489.664)	(531.671)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	7.551.819	(2.490.318)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(910.748)	(1.120.138)
Resultados de reavaliação cambial	34	126.279	(58.573)
Resultados de alienação de outros activos	35	(37.643)	75.703
Outros resultados de exploração	36	(96.108)	(275.516)
PRODUTO BANCÁRIO		20.340.740	10.894.771
Custos com pessoal	37	(4.896.550)	(4.802.194)
Gastos gerais administrativos	38	(3.283.650)	(3.103.644)
Amortizações do exercício	11 e 12	(849.082)	(627.705)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	457.773	442.684
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	22	(9.628.320)	(2.871.712)
Imparidade e provisões para outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	22	(65.685)	(5.705.397)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	22	(1.813.095)	(1.272.909)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		262.131	(7.046.106)
Impostos			
Correntes	14	(2.435.127)	(1.248.197)
Diferidos	14	2.319.496	3.199.024
		(115.631)	1.950.827
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		146.500	(5.095.279)
Acções em circulação	25	11.900.000	11.900.000
Resultado por acção		0,01	(0,43)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Demonstrações do rendimento integral individual para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
Resultado individual	146.500	(5.095.279)
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	15.715.108	(9.253.764)
Impacto fiscal	(4.171.035)	2.578.027
Transferência para resultados por imparidade	(869.231)	2.196.336
Impacto fiscal	252.077	(582.029)
Transferência para resultados por alienação	910.748	1.120.138
Impacto fiscal	(264.117)	(296.837)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	11.573.550	(4.238.129)
Rendimento integral individual	11.720.050	(9.333.408)

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstração das alterações no capital próprio individual para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Total	
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva Legal	Reserva Livre	Reserva de Fusão	Resultados transitados			Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	59.500.000	(9.516.563)	1.566.980	829.130	(7.120.453)	1.102.078	8.552.237	574.221	(16.931.312)	(6.702.776)	6.234.346	51.911.117
Aplicação do lucro do exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	6.234.346	6.234.346	(6.234.346)	-
- Transferência para resultados transitados	-	(5.937.290)	2.528.291	(829.130)	(4.238.129)	-	-	-	-	-	(5.095.279)	(9.333.408)
Rendimento integral do exercício de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	59.500.000	(15.453.853)	4.095.271	-	(11.358.582)	1.102.078	8.552.237	574.221	(10.696.966)	(468.430)	(5.095.279)	42.577.709
Aplicação do lucro do exercício de 2011	-	-	-	-	-	623.435	-	-	(5.718.714)	(5.095.279)	5.095.279	-
- Transferência para resultados transitados	-	-	(4.183.075)	-	11.573.550	-	-	-	-	-	146.500	11.720.050
Rendimento integral do exercício de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	59.500.000	302.772	(87.804)	-	214.968	1.725.513	8.552.237	574.221	(16.415.680)	(5.563.709)	146.500	54.297.759

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.





Demonstrações dos fluxos de caixa individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	30.194.674	33.052.990
Pagamentos de juros e comissões	(13.691.651)	(17.263.849)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(7.917.862)	(7.864.823)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	126.382	(1.783.530)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	668.570	(1.401.864)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	9.380.113	4.738.924
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(29.848.158)	4.101.723
Activos financeiros disponíveis para venda	(111.539.534)	5.562.802
Crédito a clientes	28.366.049	43.240.976
Investimentos detidos até à maturidade	24.330.976	5.583.871
Activos não correntes detidos para venda	(1.152.660)	(15.644.706)
Outros activos	1.870.071	(1.827.827)
	(87.973.256)	41.016.839
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	80.000.000	(35.000.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(27.481.796)	4.215.040
Recursos de clientes	63.339.552	8.769.879
Responsabilidades representadas por títulos	(24.435.901)	2.565.336
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(25.981.698)	(20.120.061)
Outros passivos	7.093.885	6.194.026
	72.534.042	(33.375.780)
Caixa líquida das actividades operacionais	(6.059.101)	12.379.983
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(594.005)	(1.058.429)
Caixa líquida das actividades de investimento	(594.005)	(1.058.429)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	-
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(6.653.106)	11.321.554
Caixa e seus equivalentes no início do período	16.248.383	4.926.829
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.595.277	16.248.383
	(6.653.106)	11.321.554

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

5. Anexos às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora, S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos a passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de balanço nessa data.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto, e Leiria.

Conforme indicado na Nota 13, o Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2013.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;
- ii. Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 2.3. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii. Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.



2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes, valores a receber de outros devedores e provisões

Conforme descrito na Nota 2.1., estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações de acordo com o método “pro rata temporis”, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 41). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
- Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
- Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.



- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados. Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos termos da legislação em vigor, o reforço da provisão para riscos gerais de crédito não é aceite como custo fiscal. Adicionalmente, nos termos do Artigo 35º-A do Código do IRC, não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito e para risco-país de créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

iv) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face ao risco de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação de percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, é classificada nas várias rubricas contabilísticas em que estão registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

As provisões regulamentares calculadas para créditos titularizados são registadas por contrapartida da rubrica do passivo "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Notas 21 e 22).

b) Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:



i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui essencialmente valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 41). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (*bid prices*), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, constituiu uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente.

A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o "*deemed cost*" do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) *Passivos financeiros detidos para negociação*



Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente às operações de titularização realizadas pelo Banco, cujos créditos se mantiveram em balanço na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Nota 8).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo, posteriormente, valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização. São deduzidas a este valor as provisões regulamentares calculadas para o crédito titularizado (Nota 22).

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;



- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (títulos de dívida), os investimentos detidos até à maturidade e os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "recover value" esperado;
 - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida.
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
- Redução do "credit enhancement" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente;

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;



- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.



2.5. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.6. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.7. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.



2.8. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

2.9. Impostos sobre lucros

O Banco é detido em 99,13% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US Gestar - Gestão de Imóveis S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 25%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Com a publicação da Lei nº12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a Derrama Estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010, e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000.000 Euros. A Derrama Estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

De referir, contudo, que a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), veio proceder ao agravamento temporário dos limites e taxas da Derrama Estadual aplicáveis aos sujeitos passivos que apurem, nos exercícios de 2012 e de 2013, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500.000 Euros.

Assim, relativamente aos exercícios de 2012 e de 2013, a taxa de Derrama Estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 10.000.000 Euros passa para 3%, sendo que a taxa aplicável aos lucros tributáveis sujeitos e não isentos de IRC superiores a 10.000.000 Euros passa a corresponder a 5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável, bem como de prejuízos fiscais reportáveis.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.



Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 29% e 28%, respectivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.



2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.3.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3.). No entanto, sempre que considerado necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.3. d)).

2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1., no exercício de 2012 o Banco adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 – Emenda (Transferência de activos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

A aplicação desta Norma e Interpretação não teve impactos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012.



Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	1-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.



Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 19 – Emenda (planos de pensões de benefícios definidos) (2011)	1-Jan-13	<p>Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”);(ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. <p>A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.</p>
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	1-Jan-13	<p>Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.</p>
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	1-Jul-12	<p>Esta emenda refere-se às seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente;(ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	1-Jan-13	<p>Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.</p>
IAS 32 – Emenda (2011)	1-Jan-14	<p>Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.</p>

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. É entendimento do Conselho de Administração que a adoção das normas e interpretações acima referidas não terá impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.



3. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial – Crédito a clientes;
- Mercados – Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de: Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2012		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	9.546.260	2.386.565	11.932.825
Rendimentos de instrumentos de capital	-	12.783	12.783
Resultados de serviços e comissões	1.761.533	-	1.761.533
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	7.551.819	7.551.819
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(910.748)	(910.748)
Outros resultados de exploração e outros	(133.751)	126.279	(7.472)
Produto bancário	11.174.042	9.166.698	20.340.740
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(6.135.150)	(2.045.050)	(8.180.200)
Amortizações do exercício (1)	(636.812)	(212.270)	(849.082)
Provisões e imparidade	(9.170.547)	(1.878.780)	(11.049.327)
Resultado antes de impostos	(4.768.467)	5.030.598	262.131
Impostos	1.217.477	(1.333.108)	(115.631)
Resultado líquido do exercício	(3.550.990)	3.697.490	146.500
Activos financeiros detidos para negociação	-	73.355.578	73.355.578
Activos financeiros disponíveis para venda	-	211.910.732	211.910.732
Crédito a clientes	178.945.710	8.992.958	187.938.668
Investimentos detidos até à maturidade	-	88.073.643	88.073.643
Recursos de bancos centrais	-	228.442.066	228.442.066
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	184.965.798	184.965.798
Passivos financeiros associados a activos transferidos	125.714.011	-	125.714.011

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2011		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.034.043	2.508.511	12.542.554
Rendimentos de instrumentos de capital	-	33.386	33.386
Resultados de serviços e comissões	2.187.673	-	2.187.673
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	(2.490.318)	(2.490.318)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.120.138)	(1.120.138)
Outros resultados de exploração e outros	(199.813)	(58.573)	(258.386)
Produto bancário	12.021.903	(1.127.132)	10.894.771
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(5.929.378)	(1.976.460)	(7.905.838)
Amortizações do exercício (1)	(470.778)	(156.927)	(627.705)
Provisões e imparidade	(2.429.028)	(6.978.306)	(9.407.334)
Resultado antes de impostos	3.192.719	(10.238.825)	(7.046.106)
Impostos	(846.070)	2.796.897	1.950.827
Resultado líquido do exercício	2.346.649	(7.441.928)	(5.095.279)
Activos financeiros detidos para negociação	-	36.380.434	36.380.434
Activos financeiros disponíveis para venda	-	89.536.178	89.536.178
Crédito a clientes	207.536.344	18.528.102	226.064.446
Investimentos detidos até à maturidade	-	109.141.331	109.141.331
Recursos de bancos centrais	-	147.702.517	147.702.517
Recursos de outras instituições de crédito	-	34.878.349	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	119.589.094	119.589.094
Passivos financeiros associados a activos transferidos	151.695.709	-	151.695.709

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa	314.972	256.335
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	4.519.774	8.953.430
	4.834.746	9.209.765

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.



5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Depósitos à ordem</i>		
- No País	3.162.403	3.911.902
- No estrangeiro	1.598.128	3.126.716
	4.760.531	7.038.618

6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Instrumentos de dívida</i>		
Dívida Pública Portuguesa	-	1.823.625
De outros residentes		
- De outros emissores públicos nacionais	1.975.000	1.395.000
- Instituições de crédito	1.678.124	138.195
- Papel comercial	25.224.110	8.491.973
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	1.035.960	-
- Instituições de crédito	27.075.627	18.500.670
- Empresas	12.977.194	1.883.263
	69.966.015	32.232.726
<i>Juros a receber</i>	854.799	605.477
	70.820.814	32.838.203
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	333.437	317.006
De não residentes		
- Acções	283.039	538.292
- Unidades de participação	158.306	556.243
	774.782	1.411.541
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
- Divisas	-	8.114
- Taxa de juro	986.545	1.595.149
- Crédito	50.537	9.697
- Outros	573.520	-
Opções	149.380	517.730
	1.759.982	2.130.690
	73.355.578	36.380.434



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2012	2011
Divida pública portuguesa	-	2.542.500
De outros residentes		
- Outros emissores públicos	2.000.000	2.000.000
- Instituições de crédito	1.670.000	150.000
- Papel comercial	25.420.802	8.500.000
De não residentes		
- Emissores públicos Estrangeiros	1.000.000	-
- Instituições de crédito	27.594.723	22.750.000
- Empresas	13.500.000	4.250.000
	71.185.525	40.192.500

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2012			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
			(Nota 17)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
- Swaps				
De taxa de juro	111.138.740	986.545	(38.045)	948.500
Sobre eventos de crédito	15.000.000	50.537	(690)	49.847
Outros	3.945.247	573.520	-	573.520
. Opções embutidas em depósitos estruturados	4.651.473	149.380	(23.945)	125.435
	134.735.460	1.759.982	(62.680)	1.697.302
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	20.371.445	-	-	-
De cotações	1.529.135	-	-	-
De divisas	2.903.060	-	-	-
	24.803.640	-	-	-
	159.539.100	1.759.982	(62.680)	1.697.302



	2011			
	Montante nocial	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
				(Nota 17)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
- Op. Cambiais a prazo				
De divisas	96.090	-	-	-
- Swaps				
De divisas	299.294	8.114	-	8.114
De taxa de juro	145.162.461	1.595.149	(214.943)	1.380.207
Sobre eventos de crédito	41.364.286	9.697	(497.276)	(487.579)
- Opções embutidas em depósitos estruturados	3.794.616	517.730	(13.081)	504.649
- Opções				
De cotações	490.786	-	(11.535)	(11.535)
	191.207.532	2.130.690	(736.835)	1.393.856
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	57.571.843	-	-	-
De cotações	2.529.607	-	-	-
De divisas	1.553.373	-	-	-
	61.654.823	-	-	-
	252.862.355	2.130.690	(736.835)	1.393.856

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante nocial de swaps de taxa de juro inclui 95.098.182 Euros e 121.039.264 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuados pelo Banco (Nota 8).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2012						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
De taxa de juro	-	1.000.000	-	84.070.782	26.067.958	111.138.740
Sobre eventos de crédito	10.000.000	5.000.000	-	-	-	15.000.000
Outros	-	-	-	3.945.247	-	3.945.247
	10.000.000	6.000.000	-	88.016.029	26.067.958	130.083.987
- Opções embutidas em depósitos estruturados	2.028.720	981.979	1.157.869	482.906	-	4.651.473
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	18.875.370	-	249.425	1.246.650	-	20.371.445
De cotações	1.529.135	-	-	-	-	1.529.135
De divisas	2.903.060	-	-	-	-	2.903.060
	23.307.565	-	249.425	1.246.650	-	24.803.640
	35.336.285	6.981.979	1.407.294	89.745.585	26.067.958	159.539.100
2011						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Op. Cambiais a Prazo						
De divisas	-	-	96.090	-	-	96.090
- Swaps						
De divisas	-	299.294	-	-	-	299.294
De taxa de juro	-	-	2.020.000	110.707.434	32.435.027	145.162.461
Sobre eventos de crédito	-	-	26.364.286	15.000.000	-	41.364.286
	-	299.294	28.480.376	125.707.434	32.435.027	186.922.131
- Opções embutidas em depósitos estruturados	1.594.707	801.748	492.847	905.314	-	3.794.616
- Opções						
De cotações e câmbios	413.500	-	77.286	-	-	490.786
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	54.109.880	1.485.900	743.288	1.232.775	-	57.571.843
De cotações	2.529.607	-	-	-	-	2.529.607
De divisas	1.553.373	-	-	-	-	1.553.373
	58.192.860	1.485.900	743.288	1.232.775	-	61.654.823
	60.201.067	2.586.941	29.793.797	127.845.523	32.435.027	252.862.355



A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
Operações Cambiais a Prazo		
- Instituições Financeiras	-	96.090
Swaps		
De divisas		
- Clientes	-	299.294
De taxa de juro		
- Instituições financeiras	96.098.182	123.039.264
- Clientes	15.040.558	22.123.197
Sobre eventos de crédito		
- Instituições financeiras	15.000.000	41.364.286
Outros		
- Clientes	3.945.247	-
Opções embutidas em depósitos estruturados		
- Clientes	4.651.473	3.794.616
Opções		
- De cotações	-	490.786
	134.735.460	191.207.532
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
Futuros		
- De taxa de juro	20.371.445	57.571.843
- De cotações	1.529.135	2.529.607
- De divisas	2.903.060	1.553.373
	24.803.640	61.654.823
	159.539.100	252.862.355

7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	15.038.745	16.842.750
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	1.809.680	600.000
- Instituições de crédito	10.627.113	8.692.254
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	91.225.950	5.175.444
- AR Finance 1, Plc	7.850.158	7.850.158
- Outras obrigações	78.102.368	43.146.617
	204.654.014	82.307.223
<i>Juros a receber</i>		
	1.456.982	1.194.373
	206.110.996	83.501.596
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
- Valorizados ao justo valor	11.885.841	12.051.096
Emitidos por não residentes		
- Valorizados ao justo valor	1.465.370	1.444.570
	13.351.211	13.495.666
	219.462.207	96.997.262
<i>Provisões e imparidade</i>		
- Provisão para risco país	-	(317.313)
- Imparidade	(4.441.582)	(5.668.861)
- Provisão AR Finance	(3.109.893)	(1.474.910)
	(7.551.475)	(7.461.084)
	211.910.732	89.536.178

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui as participações no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Tejo e Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, nos montantes de 6.492.799 Euros e 3.426.367 Euros, respectivamente, ambos geridos pela Invest Gestão de Activos (6.492.799 Euros e 3.589.705 Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011).



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2012	2011
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	15.100.000	21.100.000
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
- Instituições de crédito	10.500.000	11.250.000
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	93.000.100	9.575.556
- AR Finance 1, Plc	7.850.158	7.850.158
- Outras obrigações	78.323.651	50.455.000
	206.773.909	102.230.714

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda apresentavam o seguinte detalhe:

	2012	2011
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	26.482	(3.664.255)
De outros residentes		
- Emissores públicos nacionais	(196.472)	(1.408.949)
- Instituições de crédito	165.368	(2.225.549)
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	686.167	(124.503)
- Outras obrigações	(300.416)	(7.012.346)
	381.129	(14.435.602)
Instrumentos de capital	94.510	(356.837)
Valias potenciais em títulos transferidos para a carteira de empréstimos e contas a receber e para a carteira de investimentos detidos até à maturidade	(172.867)	(661.414)
	302.772	(15.453.853)

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:



	2012	2011
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	73.715.521	83.312.723
- Empréstimos a médio e longo prazo	54.375.066	70.242.335
	128.090.587	153.555.058
<i>Crédito interno não securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	11.440.130	10.435.941
- Empréstimos a médio e longo prazo	9.617.891	12.492.132
- Créditos em conta corrente	12.143.721	18.712.146
- Operações de locação financeira mobiliária	329.971	347.735
- Descobertos em depósitos à ordem	1.529.174	2.212.016
- Outros créditos	7.071.522	6.504.474
	42.132.408	50.704.444
<i>Crédito ao exterior:</i>		
- Descobertos em depósitos à ordem	398.817	72.432
	170.621.812	204.331.934
Juros a receber	522.077	483.866
<i>Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida (Nota 41):</i>		
De não residentes		
- Instituições de crédito	1.101.140	1.586.363
- Empresas	8.938.502	17.802.678
- Juros a receber	44.491	95.762
	10.084.133	19.484.803
<i>Comissões associadas ao custo amortizado:</i>		
- Despesas com encargo diferido	291.638	366.282
- Receitas com rendimento diferido	(103.744)	(127.843)
	187.893	238.439
Crédito e juros vencidos	34.141.074	19.396.332
	215.556.990	243.935.374
<i>Provisões:</i>		
- Para crédito e juros vencidos	(23.533.518)	(15.889.003)
- Para créditos de cobrança duvidosa	(2.282.500)	(765.322)
- Para créditos securitizados	(711.129)	(259.901)
- Para risco país	(40.037)	(150.350)
- Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida	(1.051.138)	(806.352)
	(27.618.322)	(17.870.928)
	187.938.668	226.064.446



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Crédito interno securitizado" refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2012	2011
<i>Operações de securitização</i>		
- AR Finance	31.767.303	40.611.638
- Invest Finance - <i>Conduit</i>	96.323.284	112.943.420
	128.090.587	153.555.058
Provisões - crédito securitizado (Nota 22)	(2.376.576)	(1.859.349)
	125.714.011	151.695.709

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- *AR Finance*:

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do "Step up"	Remuneração	
		2012	2011			Até à data do "Step up"	Após a data do "Step up"
Classe A	106.500.000	2.665.080	8.238.555	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	35.500.000	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	7.850.158	7.850.158	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	47.215.238	52.788.713				



As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as obrigações das Classes A e B têm ambas "Rating" A- atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital vincendo resultante dos créditos cedidos ascendia a 31.767.304 Euros e 40.611.638 Euros, respectivamente.

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2012 a 96.323.284 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é desde Janeiro de 2011 gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sedeada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o papel comercial emitido ascende a 93.812.361 Euros e 105.101.144 Euros, respectivamente. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a



pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros (Nota 15).

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Nota 21).

Adicionalmente, de acordo com o regime definido pelo Banco de Portugal, o Banco regista provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos cedidos caso a operação não tivesse sido realizada, cujo montante em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascende a 4.204.424 Euros e 2.569.441 Euros, respectivamente (Nota 22). O Banco deduz as provisões constituídas ao passivo e constitui provisões sobre os outros activos associados às operações de securitização, registados na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" e "Outros activos".

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido da carteira não securitizada, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco dispõe de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 388.207 Euros e 501.996 Euros, respectivamente, registada no âmbito da rubrica "Provisões", do passivo (Nota 22).

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Até três meses	9.683.888	8.320.847
De três meses a um ano	8.039.296	18.786.392
De um ano a cinco anos	18.527.382	13.944.936
Mais de cinco anos	134.371.247	163.279.759
	170.621.813	204.331.934

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2012	2011
Até três meses	542.182	976.060
De três meses a um ano	7.398.026	3.762.565
Mais de um ano	26.200.866	14.657.707
	34.141.074	19.396.332

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 38.565.715 Euros e 36.214.438 Euros, respectivamente.



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2012	2011
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	31.151.101	17.527.675
Outras garantias reais	821.883	359.285
Garantia pessoal	1.425.674	18.919
Sem garantia	742.416	1.490.453
	34.141.074	19.396.332

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2012			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	85.155.652	5.133.263	90.288.915	168.780.233
Empréstimos a médio e longo prazo	62.889.547	25.201.265	88.090.812	161.825.421
Créditos em conta corrente	13.247.131	2.687.491	15.934.622	13.481.660
Operações de locação financeira mobiliária	329.971	9.037	339.008	-
Outros créditos	7.071.522	1.110.018	8.181.540	11.429.624
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	10.084.133	-	10.084.133	-
Descobertos em depósitos à ordem	1.927.990	-	1.927.990	3.302.451
	180.705.946	34.141.074	214.847.020	358.819.389

	2011			Justo valor das garantias associadas
	Vincendo	Vencido	Total	
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	93.748.663	3.016.896	96.765.559	174.831.965
Empréstimos a médio e longo prazo	81.734.961	13.639.987	95.374.948	161.825.421
Créditos em conta corrente	19.711.653	2.082.752	21.794.405	13.481.660
Operações de locação financeira mobiliária	347.735	7.917	355.652	-
Outros créditos	6.504.474	648.780	7.153.254	11.429.624
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	19.484.803	-	19.484.803	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.284.448	-	2.284.448	3.302.451
	223.816.737	19.396.332	243.213.069	364.871.121



A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, excluindo o crédito titulado, por sectores de actividade é a seguinte:

	2012		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	47.742.598	8.491.837	56.234.435
Particulares	37.750.255	8.516.926	46.267.181
Actividades imobiliárias	21.493.695	6.519.472	28.013.167
Indústrias transformadoras	16.877.518	1.527.773	18.405.291
Construção	10.178.968	6.382.533	16.561.501
Actividades financeiras e de seguros	10.580.089	105.105	10.685.194
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.747.083	199.266	5.946.349
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3.836.892	690.946	4.527.838
Alojamento, restauração e similares	3.669.592	592.566	4.262.158
Outras actividades de serviços	3.213.611	14.444	3.228.055
Educação	2.103.661	272.539	2.376.200
Actividades de saúde humana e apoio social	1.981.565	321.634	2.303.199
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.074.340	7.780	2.082.120
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.749.312	158.450	1.907.762
Transportes e armazenagem	756.131	199.258	955.389
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	541.032	-	541.032
Actividades de informação e de comunicação	325.471	-	325.471
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	140.545	140.545
Total Crédito	170.621.813	34.141.074	204.762.887

	2011		
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	55.707.370	2.448.540	58.155.910
Particulares	45.546.513	4.331.008	49.877.521
Actividades imobiliárias	27.515.414	4.842.037	32.357.451
Indústrias transformadoras	16.322.083	5.879.119	22.201.202
Construção	19.931.636	752.307	20.683.943
Actividades financeiras e de seguros	12.857.590	68.781	12.926.371
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4.773.230	157.479	4.930.709
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.488.118	379.928	4.868.046
Alojamento, restauração e similares	3.366.681	3.259	3.369.940
Outras actividades de serviços	3.059.124	59.135	3.118.259
Educação	2.443.029	256.320	2.699.349
Actividades de saúde humana e apoio social	2.315.467	54.055	2.369.522
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.160.217	-	2.160.217
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.872.426	57.183	1.929.609
Transportes e armazenagem	916.015	107.181	1.023.196
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	569.106	-	569.106
Actividades de informação e de comunicação	342.915	-	342.915
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	145.000	-	145.000
Total Crédito	204.331.934	19.396.332	223.728.266



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2012	2011
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	10.839.877	11.512.263
Entre 1 ano e 5 anos	39.474.709	43.995.507
Mais de 5 anos	61.182.978	74.242.982
	111.497.564	129.750.752
Rendimentos financeiros não obtidos	(26.011.943)	(35.654.354)
	85.485.621	94.096.398
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	7.191.706	6.835.695
Entre 1 ano e 5 anos	28.244.881	28.897.581
Mais de 5 anos	50.049.034	58.363.122
	85.485.621	94.096.398
Provisões para crédito de locação financeira	(3.864.578)	(2.097.577)
	81.621.043	91.998.821

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual não esteja garantido, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 41).

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica “Crédito a clientes – títulos a receber” e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Diversos (Asset-Backed Securities)	8.001.744	16.994.477
Actividades financeiras	1.173.153	1.588.773
Outros	909.236	901.553
	10.084.133	19.484.803

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade:

	2012	2011
De um ano a cinco anos	6.116.846	7.286.119
Mais de cinco anos	3.967.287	12.198.684
	10.084.133	19.484.803



9. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	14.376.560	14.291.419
- Outros	12.960.285	12.766.576
De não residentes		
- Dívida pública não residente	12.995.989	17.818.333
- Outros	45.796.002	65.284.187
	86.128.836	110.160.515
Juros a receber	1.944.807	2.244.104
	88.073.643	112.404.619
Imparidade (Nota 22)	-	(3.263.288)
	88.073.643	109.141.331

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo o juro corrido, ascendia a 88.257.219 Euros e 98.138.424 Euros, respectivamente (Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2012	2011
Até um ano	34.676.129	24.052.959
De um ano a cinco anos	33.541.529	68.699.585
Mais de cinco anos	19.855.985	19.652.075
	88.073.643	112.404.619

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 41). Adicionalmente o Banco adquiriu alguns títulos no decorrer de 2010, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

Em Outubro de 2011 o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um título de dívida pública Grega que estava registado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 41). O título foi transferido ao seu justo valor naquela data, tendo originado o reconhecimento de uma perda corresponde à diferença entre o valor de balanço e o justo valor na data da reclassificação, no montante de 1.166.253 Euros, registada na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco reconheceu imparidade para títulos de dívida grega no montante de 3.263.288 Euros, na sequência da operação de reestruturação da dívida grega finalizada no primeiro trimestre de 2012 (Nota 22).

Em Março de 2012, resultante da reestruturação dos títulos de dívida pública Grega, os títulos que constavam nesta carteira, foram permutados por títulos novos os quais foram alocados à Carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7), tendo consequentemente sido utilizada a respectiva imparidade na Carteira de Maturidade.



Os títulos reclassificados foram registados nesta rubrica por ser intenção do Banco detê-los até à sua maturidade. Adicionalmente, uma vez que parte significativa dos títulos se vence até 2014 e, tal como descrito na Nota 40, o Banco considera que as suas necessidades de liquidez estão adequadamente cobertas, não é previsível que venha a existir necessidade de alienar os títulos registados nesta categoria. Neste sentido, o Banco considera que tem capacidade de assegurar a detenção destes títulos até à sua maturidade.

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Activos não correntes detidos para venda:</i>		
Imóveis	32.004.650	30.851.990
Imparidade (Nota 22)	(4.650.722)	(2.837.627)
	27.353.928	28.014.363

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

2012								
31 de Dezembro de 2011					31 de Dezembro de 2012			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
		(Nota 22)			(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	30.851.990	(2.837.627)	6.260.386	(5.107.726)	(1.813.095)	32.004.650	(4.650.722)	27.353.928

2011								
31 de Dezembro de 2010					31 de Dezembro de 2011			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
		(Nota 22)			(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	15.207.283	(1.564.718)	18.356.719	(2.712.013)	(1.272.909)	30.851.990	(2.837.627)	28.014.363



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os imóveis recebidos em dação em cumprimento apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:

Ano de aquisição	2012			2011		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2005	469.237	(159.237)	310.000	469.237	(53.609)	415.628
2005	344.653	(157.653)	187.000	344.653	(99.590)	245.063
2006	487.540	(43.540)	444.000	487.540	(9.270)	478.270
2007	844.912	(152.008)	692.904	831.352	(68.578)	762.774
2008	575.953	(142.820)	433.133	653.751	(18.552)	635.199
2009	3.417.759	(679.988)	2.737.771	3.697.746	(527.907)	3.169.839
2010	5.666.565	(855.592)	4.810.973	6.123.446	(742.864)	5.380.582
2011	13.982.139	(2.120.551)	11.861.588	18.244.265	(1.317.257)	16.927.008
2012	6.215.894	(339.334)	5.876.560			
	32.004.650	(4.650.722)	27.353.928	30.851.990	(2.837.627)	28.014.363

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante o exercício de 2012, o Banco registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 150.404 Euros (31.888 Euros em 2011 - Nota 35).

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	2012							
	31 de Dezembro de 2011			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2012
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Imóveis -								
De serviço próprio	705.226	(166.231)	-	-	(10.302)	-	528.693	
Despesas em edifícios arrendados	2.064.987	(925.982)	-	277.827	(159.189)	-	1.257.643	
	2.770.213	(1.092.213)	-	277.827	(169.491)	-	1.786.336	
Equipamento -								
Mobiliário e material	397.408	(260.525)	9.365	-	(27.517)	-	118.731	
Máquinas e ferramentas	101.694	(80.773)	5.783	-	(5.098)	-	21.606	
Equipamento informático	662.669	(560.410)	-	25.894	(59.658)	-	68.495	
Instalações interiores	486.289	(280.705)	14.341	10.446	(35.262)	-	195.109	
Material de transporte	973.973	(473.130)	-	-	(198.079)	-	302.764	
Equipamento de segurança	23.759	(14.705)	-	-	(1.748)	-	7.306	
	2.645.792	(1.670.248)	29.489	36.340	(327.362)	-	714.011	
Outros activos tangíveis -								
Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364	
Activos tangíveis em curso	102.295	-	498.374	(314.167)	-	-	286.502	
	5.559.664	(2.762.461)	527.863	-	(496.853)	-	2.828.213	



2011							
Descrição	31 de Dezembro de 2010		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2011
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis -							
De serviço próprio	705.226	(155.929)	-	-	(10.302)	-	538.995
Despesas em edifícios arrendados	1.812.688	(797.983)	-	252.299	(127.999)	-	1.139.005
	2.517.914	(953.912)	-	252.299	(138.301)	-	1.678.000
Equipamento -							
Mobiliário e material	338.502	(234.032)	33.745	25.161	(26.493)	-	136.883
Máquinas e ferramentas	95.180	(76.248)	6.514	-	(4.525)	-	20.921
Equipamento informático	632.501	(574.669)	103.295	-	(58.868)	-	102.259
Instalações interiores	487.827	(284.942)	-	41.913	(39.214)	-	205.584
Material de transporte	960.246	(313.659)	87.393	-	(212.004)	(21.133)	500.843
Equipamento de segurança	26.155	(15.126)	-	-	(1.975)	-	9.054
	2.540.411	(1.498.676)	230.947	67.074	(343.079)	(21.133)	975.544
Outros activos tangíveis -							
Património artístico	7.364	-	34.000	-	-	-	41.364
Activos tangíveis em curso	116.434	-	305.234	(319.373)	-	-	102.295
	5.182.124	(2.452.588)	570.181	-	(481.380)	(21.133)	2.797.203

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

2012						
Descrição	31 de Dezembro de 2011		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.778.750	(931.650)	43.270	24.236	(352.228)	562.377
Activos intangíveis em curso	6.393	-	22.872	(24.236)	-	5.030
	1.785.144	(931.650)	66.142	-	(352.228)	567.407

2011						
Descrição	31 de Dezembro de 2010		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	922.887	(785.325)	-	855.864	(146.325)	847.101
Activos intangíveis em curso	693.382	-	168.875	(855.864)	-	6.393
	1.616.269	(785.325)	168.875	-	(146.325)	853.494

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos intangíveis em curso referiam-se a despesas incorridas no desenvolvimento do novo site de internet do Banco, que entrou em pleno funcionamento no decorrer de 2011.



13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde integralmente à participação detida pelo Banco na Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. na qual detém a totalidade do capital social.

Nestas datas, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras desta entidade podem ser resumidos da seguinte forma:

	2012	2011
Activo líquido	1.698.190	1.592.872
Situação líquida	1.665.425	1.579.254
Resultado líquido	86.171	87.363
Total de proveitos	140.792	144.004

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	2012	2011
<i>Activo por impostos diferidos</i>		
- Por prejuízos fiscais	-	1.171.473
- Por outras diferenças temporárias	9.052.111	9.656.413
	9.052.111	10.827.886
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	(87.804)	-
	8.964.307	10.827.886
<i>Activos e Passivos por impostos correntes</i>		
- Imposto imputado	(1.847.782)	(99.743)
- Pagamentos por conta	46.025	493.234
- Retenções na fonte	3.779	90
- Derrama Estadual	(351.504)	-
- Derrama	(178.951)	-
- Tributação autónoma	(56.890)	-
Imposto sobre o rendimento a Pagar	(2.385.323)	393.581

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na reserva de justo valor e as Provisões, nomeadamente: (i) no âmbito do artigo 35º-A do Código de IRC não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis, e (ii) de acordo com as disposições do artigo 34º do Código de IRC, não são consideradas como custo fiscal as provisões para riscos gerais de crédito.



O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

2012				
	Saldo em 31.12.2011	Varição em Resultados	Varição em Reservas	Saldo em 31.12.2012
<i>Activos por impostos diferidos</i>				
Provisões para riscos gerais de crédito	618.019	(110.682)	-	507.337
Provisões para crédito vencido	4.156.737	2.964.675	-	7.121.412
Por prejuízos fiscais	1.171.473	(1.171.473)	-	-
Imparidade para títulos	554.578	580.988	-	1.135.566
Imparidade de imóveis recuperados	-	287.796	-	287.796
	6.500.807	2.551.304	-	9.052.111
<i>Passivos por impostos diferidos</i>				
Activos disponíveis para venda	4.327.079	(231.808)	(4.183.075)	(87.804)
	10.827.886	2.319.496	(4.183.075)	8.964.307

2011				
	Saldo em 31.12.2010	Varição em Resultados	Varição em Reservas	Saldo em 31.12.2011
<i>Activos por impostos diferidos</i>				
Provisões para riscos gerais de crédito	702.222	(84.203)	-	618.019
Provisões para crédito vencido	2.892.955	1.263.782	-	4.156.737
Activos disponíveis para venda	1.692.759	935.158	1.699.161	4.327.079
Por prejuízos fiscais	194.085	977.388	-	1.171.473
Imparidade para títulos	447.679	106.899	-	554.578
	5.929.700	3.199.024	1.699.161	10.827.886

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2012	2011
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	2.435.127	99.743
Alteração do reconhecimento fiscal de valias potenciais	-	1.148.454
	2.435.127	1.248.197
<i>Impostos diferidos</i>		
Prejuízos fiscais reportáveis	1.171.473	(977.388)
Registo e reversão de diferenças temporárias	(3.490.969)	(2.221.636)
	(2.319.496)	(3.199.024)
Total de impostos reconhecidos em resultados	115.631	(1.950.827)
Resultados antes de impostos	262.131	(7.046.106)
Carga fiscal	44,11%	27,69%



No exercício de 2011 o Banco alterou a política de reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na reserva de justo valor que vinha a adoptar desde 2008. Essa alteração foi ainda reflectida na entrega da declaração Modelo 22 referente ao exercício de 2010 e teve como consequência um aumento do imposto a pagar de 1.148.454 Euros. Este montante foi maioritariamente compensado com o registo de activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias que passaram a ser originados pela referida alteração da política.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco relativas aos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como segue:

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		262.131		(7.046.106)
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	69.465	26,50%	(1.867.218)
Derrama Estadual	134,09%	351.504	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	(144,78%)	(379.519)	6,58%	(463.650)
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	4,60%	12.062	(0,17%)	11.947
Reintegrações	1,91%	4.997	(0,04%)	3.165
Benefícios fiscais	(1,45%)	(3.789)	0,05%	(3.709)
Mais e menos valias	-	-	0,04%	(3.146)
Tributação autónoma	21,70%	56.890	(1,42%)	99.743
Derrama sobre prejuízos fiscais	(25,97%)	(68.084)	(1,00%)	70.288
Contribuição sobre o sector bancário	13,11%	34.361	-	-
Outros	14,40%	37.744	(2,86%)	201.753
	44,11%	115.631	27,69%	(1.950.827)



15. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	680.275	1.844.774
Aplicação subordinada	10.565.552	10.565.552
Iva a recuperar	-	43.625
Aplicações diversas	38.100	38.100
	11.283.927	12.492.051
Outros devedores diversos	71.678	63.246
<i>Outros activos</i>		
Ouro e outros metais preciosos	126.434	270.152
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	431.062	324.291
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Despesas com operação de securitização – Conduit	86.692	161.177
Rendas	56.086	52.039
Seguros	-	29.040
Contribuições para o Sistema de Indemnização de Investidores	-	2.500
Outras	125.600	109.541
	268.378	354.297
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	2.189.042	3.317.411
Operações de bolsa a liquidar	3.117.371	2.107.889
Outras	751.664	1.309.835
	6.058.077	6.735.135
	18.239.556	20.239.172
Provisão Invest Finance – aplicação subordinada (Nota 22)	(1.094.531)	(1.094.531)
	17.145.025	19.144.641

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Aplicação subordinada”, corresponde a uma aplicação que o Banco detém junto do Invest Finance BV no âmbito da operação de securitização (Nota 8). Esta aplicação é remunerada de acordo com as receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Nos exercícios de 2012 e 2011 os rendimentos obtidos desta aplicação ascendem a 2.297.151 Euros e 2.789.643 Euros, respectivamente (Nota 27).

Nos exercícios de 2012 e 2011, encontra-se registada uma provisão para esta aplicação de montante equivalente às provisões regulamentares calculadas para o crédito englobado na operação de securitização Invest Finance (Notas 8 e 22).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Recursos do Banco de Portugal	227.500.000	147.500.000
Juros a pagar	942.066	202.517
	228.442.066	147.702.517

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
Até três meses	117.500.000	97.500.000
De um ano a cinco anos	110.000.000	50.000.000
	227.500.000	147.500.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 24).

17. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Swaps		
- De taxa de juro	38.045	214.943
- Sobre eventos de crédito	690	497.276
Opções	23.945	24.616
	62.680	736.835

18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos a prazo e outros recursos:		
- Instituições de crédito no país	7.255.194	32.804.846
- Instituições de crédito no estrangeiro	-	1.932.143
	7.255.194	34.736.989
Encargos a pagar:		
- Juros de recursos de instituições de crédito no país	20	141.360
- Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	-	-
	20	141.360
	7.255.214	34.878.349

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os recursos de outras instituições de crédito têm vencimento no primeiro trimestre de 2013 e 2012, respectivamente.



19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>À vista:</i>		
Depósitos à ordem	24.466.716	21.194.627
<i>A prazo:</i>		
Depósitos a prazo	155.832.507	96.057.814
Depósitos estruturados	1.522.038	1.229.279
	157.354.545	97.287.093
	181.821.261	118.481.720
<i>Encargos a pagar:</i>		
Juros de recursos de clientes	3.144.537	1.107.374
	184.965.798	119.589.094

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
Até três meses	40.312.107	36.653.466
De três meses a um ano	113.494.504	58.645.694
De um a cinco anos	3.537.934	1.972.933
A mais de cinco anos	10.000	15.000
	157.354.545	97.287.093



20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações - Banco Invest 2009 – 1ª Emissão	-	25.000.000
Juros a pagar	-	117.833
Despesas incluídas no custo amortizado	-	(75.520)
	-	25.042.313
Títulos de Dívida - Clientes	3.129.435	2.565.336
Juros a pagar	59.491	61.854
	3.188.926	2.627.190
	3.188.926	27.669.503

As Obrigações Banco Invest 2009 – 1ª Emissão foram emitidas em 5 de Fevereiro de 2009, no montante de 25.000.000 Euros por oferta particular, por um prazo de três anos, tendo sido amortizadas em Fevereiro de 2012.

21. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde ao passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito das operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco. Conforme instruções do Banco de Portugal, estes montantes encontram-se deduzidos das provisões constituídas para os créditos subjacentes às operações de securitização (Nota 8).

22. PROVISÕES E IMPARIDADE



O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012				Saldos em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	
<i>Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em títulos:</i>					
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 8)	765.322	1.517.178	-	-	2.282.500
- Crédito e juros vencidos (Nota 8)	15.889.003	7.681.328	(15.399)	(21.414)	23.533.518
- Créditos titularizados (Nota 8)	259.901	429.814	-	21.414	711.129
	16.914.226	9.628.320	(15.399)	-	26.527.147
<i>Provisões:</i>					
- Riscos gerais de crédito (Nota 8):					
. Crédito concedido	2.011.258	(375.778)	-	-	1.635.480
. Crédito por assinatura	32.372	(28)	-	-	32.344
. Crédito a clientes - títulos de dívida	163.579	(81.967)	-	-	81.612
- Outros riscos e encargos	500.000	-	-	-	500.000
	2.707.209	(457.773)	-	-	2.249.436
<i>Provisões para activos adquiridos no âmbito da titularização</i>					
- Provisões para outros activos (Notas 8 e 15)	1.094.531	-	-	-	1.094.531
- Provisão de activos financeiros disponíveis para venda (Notas 7 e 8)	764.818	-	-	517.226	1.282.044
- Outras provisões de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	710.092	1.117.757	-	-	1.827.849
	2.569.441	1.117.757	-	517.226	4.204.424
<i>Imparidade e provisões para outros activos financeiros:</i>					
- Provisões para risco-país (Notas 7 e 8)	467.663	(427.626)	-	-	40.037
- Provisões para outros créditos e valores a receber (Nota 8)	806.352	244.786	-	-	1.051.138
- Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 9)	3.263.288	-	(3.263.288)	-	-
- Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	5.668.861	(869.232)	(358.047)	-	4.441.582
	10.206.164	(1.052.072)	(3.621.335)	-	5.532.757
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	2.837.627	1.813.095	-	-	4.650.722
	35.234.667	9.931.570	(3.636.734)	517.226	43.164.486



	2011				
	Saldos em 31-12-2010	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2011
<i>Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em títulos:</i>					
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 8)	699.491	65.831	-	-	765.322
- Crédito e juros vencidos (Nota 8)	13.118.006	2.785.137	(14.140)	-	15.889.003
- Créditos titularizados (Nota 8)	239.157	20.744	-	-	259.901
	14.056.654	2.871.712	(14.140)	-	16.914.226
<i>Provisões:</i>					
- Riscos gerais de crédito (Nota 8):					
. Crédito concedido	2.300.715	(289.457)	-	-	2.011.258
. Crédito por assinatura	30.421	1.951	-	-	32.372
. Crédito a clientes - títulos de dívida	318.757	(155.178)	-	-	163.579
- Outros riscos e encargos	500.000	-	-	-	500.000
	3.149.893	(442.684)	-	-	2.707.209
<i>Provisões para activos adquiridos no âmbito da titularização</i>					
- Provisões para outros activos (Notas 8 e 15)	1.094.531	-	-	-	1.094.531
- Provisão de activos financeiros disponíveis para venda (Notas 7 e 8)	751.255	-	-	13.563	764.818
- Outras provisões de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	-	710.092	-	-	710.092
	1.845.786	710.092	-	13.563	2.569.441
<i>Imparidade e provisões para outros activos financeiros:</i>					
- Provisões para risco-país (Notas 7 e 8)	852.411	(384.748)	-	-	467.663
- Provisões para outros créditos e valores a receber (Nota 8)	885.923	(79.571)	-	-	806.352
- Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 9)	-	3.263.288	-	-	3.263.288
- Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	4.637.406	2.196.336	(1.164.881)	-	5.668.861
	6.375.740	4.995.305	(1.164.881)	-	10.206.164
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.564.718	1.272.909	-	-	2.837.627
	26.992.791	8.697.242	(1.179.021)	13.563	35.234.667

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as transferências correspondem à constituição de provisão para os activos associados aos veículos de securitização cuja contrapartida é via dedução ao passivo (Nota 8).



23. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	316.543	216.791
<i>Sector Público Administrativo</i>		
Iva a pagar	205.634	-
Retenção de impostos na fonte	407.850	228.299
Contribuições para a Segurança Social	93.723	79.359
Cobranças por conta de terceiros	8.694	387.164
Credores diversos		
Outros credores	14.225.674	5.073.069
	15.258.118	5.984.682
<i>Encargos a pagar</i>		
<i>Por gastos com pessoal</i>		
Provisão para férias e subsídio de férias	598.401	588.416
<i>Por gastos gerais administrativos</i>		
Outros	8.071	36.359
	627.165	644.663
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	2.188.266	3.317.317
Operações de bolsa a liquidar	802.987	2.072.821
Outras operações a regularizar	545.029	75.532
	3.536.282	5.465.670
	19.421.565	12.095.015

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Credores diversos” inclui 6.198.326 Euros e 7.612.135 Euros, respectivamente, a pagar ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo e ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal, correspondentes a receitas provenientes dos créditos cedidos, já recebidas pelo Banco e ainda não entregues a estas entidades (2.472.037 Euros e 2.386.396 Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.234.378	3.237.190
Activos dados em garantia	266.797.466	192.329.220
	270.031.844	195.566.410
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
Activos cedidos em operações de titularização		
- Crédito à habitação	4.731.726	5.351.254
- Crédito hipotecário	51.159.191	66.587.467
- Leasing imobiliário	72.199.671	81.616.337
- Outros valores		
- Gestão de carteiras	1.220.484	1.035.758
- Clientes - Acções	96.099.870	51.078.268
- Clientes - Obrigações diversas	52.437.467	27.440.347
- Clientes - Outros	331.589	229.271
- Fundos - Alves Ribeiro	24.185.461	23.216.291
	302.365.459	256.554.994
	572.397.303	452.121.405

A rubrica “Activos dados em garantia” diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui, respectivamente, 266.797.466 Euros e 192.329.220 Euros de títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 16).

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de Acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.396.000	46.980.000	78,96%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	104.000	520.000	0,87%
	11.900.000	59.500.000	100%

No exercício de 2011, o accionista minoritário do Banco alienou 15.000 acções de valor nominal de 75.000 Euros à Alves Ribeiro – IF, SGPS, S.A., passando esta a deter uma participação de 99,13%.

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco.



O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

Nos exercícios de 2012 e 2011 o Banco não distribuiu dividendos aos accionistas.

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Reservas de reavaliação</i>		
- Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	302.772	(15.453.853)
- Reservas por impostos diferidos e correntes		
De activos financeiros disponíveis para venda	(87.804)	4.095.271
	214.968	(11.358.582)
Reserva legal	1.725.513	1.102.078
Reserva livre	8.552.237	8.552.237
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	(16.415.680)	(10.696.966)
	(5.563.709)	(468.430)
Resultado do exercício	146.500	(5.095.279)
	(5.202.241)	(16.922.291)

Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as reservas de justo valor incluem cerca de 173.000 Euros e 661.000 Euros, respectivamente, de menos valias em títulos reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Investimentos detidos até à maturidade e de Empréstimos e contas a receber (Nota 41). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.



27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de disponibilidades	17.425	32.875
Juros de aplicações em instituições de crédito	2.343	8.462
Juros de crédito a clientes:		
- Crédito interno	3.693.617	3.542.002
- Crédito ao exterior	13.838	1.196
- Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	661.564	1.190.685
Juros de crédito vencido	624.901	494.205
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
- Títulos	1.852.435	1.378.940
- Instrumentos derivados	2.519.088	2.830.501
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Títulos	5.595.895	5.365.208
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	6.244.719	7.355.828
Juros de investimentos detidos até à maturidade	4.266.995	4.939.625
Juros de devedores e outras aplicações (Nota 15)	2.299.105	2.792.786
Outros juros e rendimentos similares	8.214	-
	27.800.139	29.932.313

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de recursos de bancos centrais	1.563.590	2.121.672
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
- no país	536.575	957.264
- no estrangeiro	14.403	25.771
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	6.404.692	3.701.807
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	135.358	730.921
Juros de passivos financeiros de negociação		
- Instrumentos financeiros derivados	762.003	2.045.508
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	6.305.307	7.467.733
Outros juros e encargos similares	145.386	339.083
	15.867.314	17.389.759

O saldo da rubrica "Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização" corresponde aos juros entregues ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo e ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1, no âmbito das operações efectuadas pelo Banco (Nota 8).



29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de ações registradas em Activos financeiros disponíveis para venda.

30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Por garantias prestadas	44.517	44.825
Por serviços prestados	1.634.144	1.706.715
Por operações realizadas por conta de terceiros	572.536	967.804
	2.251.197	2.719.344

A rubrica "Comissão de gestão de créditos" corresponde à remuneração do Banco pela gestão dos créditos cedidos ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 FTC e ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1, nos termos dos contratos de gestão de créditos celebrados com aqueles fundos.

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Por operações de crédito	78.394	77.886
Por serviços bancários prestados por terceiros	391.254	406.522
Outras comissões pagas	20.016	47.263
	489.664	531.671



32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
- Obrigações	1.702.015	(811.551)
- Acções	15.606	(97.183)
Emitidos por não residentes		
- Obrigações	5.178.557	(1.098.219)
- Acções	471	(159.753)
- Outros instrumentos de capital	25.396	(71.035)
	6.922.045	(2.237.741)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
- Divisas	(24.544)	16.938
- Swaps de taxa de juro	(104.390)	1.842
- Crédito	540.202	(328.225)
- Outros	395.247	-
Futuros		
- Sobre taxas de juro	(283.400)	(288.324)
- Sobre cotações	215.277	(292.463)
- Divisas	(114.552)	90.260
- Outros	-	(82.681)
Opções		
- Sobre taxa de juro	(57.500)	(52.438)
- Sobre cotações	63.434	682.514
	629.774	(252.576)
	7.551.819	(2.490.318)



33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	(160.841)	122.689
- Outras obrigações	65.706	(40.752)
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	(1.013.021)	(85.003)
- Outras obrigações	229.473	(1.028.323)
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	(38.911)	(88.749)
De não residentes		
- Acções	6.846	-
	(910.748)	(1.120.138)

34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	(150.404)	(31.888)
Metais preciosos	94.651	83.849
Outros	18.110	23.742
	(37.643)	75.703



36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
- Reembolso de despesas	150.186	173.037
- Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.460	2.083
- Outros	43.607	31.651
	197.253	206.771
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
- Contribuição especial sobre o Sector Bancário	129.665	146.948
- Outros impostos indirectos	105.071	57.147
Outros encargos e perdas operacionais:		
- Quotizações e donativos	32.196	32.029
- Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos e SII	24.666	63.368
- Outros encargos e gastos operacionais	1.763	182.795
	293.361	482.287
<i>Outros resultados de exploração</i>	(96.108)	(275.516)

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário, cujo montante ascendeu a 129.665 Euros e 146.948 Euros nos exercícios de 2012 e 2011 respectivamente. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.



37. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Salários e vencimentos</i>		
- Órgãos de Gestão e Fiscalização	603.089	599.693
- Empregados	3.403.248	3.321.097
	4.006.337	3.920.790
<i>Encargos sociais obrigatórios</i>		
Encargos relativos a remunerações:		
- Segurança Social	775.143	752.336
Outros encargos sociais obrigatórios:		
- Outros	24.685	20.850
	799.828	773.186
<i>Outros custos com pessoal:</i>		
- Outros	90.385	108.218
	4.896.550	4.802.194

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2012	2011
Administradores	6	6
Directores e chefias	16	16
Quadros técnicos	96	92
Administrativos	5	5
	123	119

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Com fornecimentos	265.043	228.373
Com serviços	1.904.428	1.891.205
Com serviços especializados	922.073	843.990
Outros serviços de terceiros	192.106	140.076
	3.283.650	3.103.644

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Revisão Legal das Contas e trabalhos decorrentes dessa função requeridos por regulamentação das entidades de supervisão no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 ascenderam a 89.921 Euros. Foram ainda facturados serviços de consultoria fiscal no total de 21.616 Euros.



39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

Saldos com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2012	2011
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>		
AR Finance 1, Plc	7.850.158	7.850.158
Provisão AR Finance 1, Plc	(3.109.893)	(1.474.910)
Fundo Tejo	6.492.799	6.492.799
Fundo Inspirar	3.426.367	3.589.705
<i>Crédito a clientes</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	2.089.748	2.106.387
Provisão Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	(1.750.000)	(1.750.000)
AR Finance 1 FTC	31.767.303	40.611.639
Provisão AR Finance 1 FTC	(1.035.480)	(596.296)
Invest Finance FTC	96.323.284	112.943.420
Provisão Invest Finance FTC	(1.341.096)	(1.180.681)
Monvest, SGPS, SA	585.451	640.451
US Gestar	920.000	1.013.000
Alves Ribeiro SGPS, SA	2.717.875	8.325.000
Fundo Tejo	97.268	-
Alves Ribeiro, SA	100.000	3.100.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	2.900.000	-
<i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i>		
Invest Gestão de Activos	250.000	250.000
<i>Outros activos</i>		
AR Finance 1 FTC	4.082	47.330
Invest Finance FTC	129.075	35.857
Invest Finance BV	10.565.552	10.565.552
Provisão Invest Finance BV	(1.094.531)	(1.094.531)
<i>Recursos de clientes</i>		
Invest Gestão de Activos	1.684.150	1.533.590
Fundo Tejo	445.826	215.949
Fundo Inspirar	35.388	1.457.018
Mundicenter, SGPS, S.A.	8.356.523	10.120.601
Alves Ribeiro, SA	50.502	-
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	7.145	-
<i>Passivos financeiros associados a activos transferidos</i>		
AR Finance 1 FTC	31.767.303	40.611.639
Dedução de provisões do crédito securitizado	(1.282.045)	(764.819)
Invest Finance FTC	96.323.284	112.943.420
Dedução de provisões do crédito securitizado	(1.094.531)	(1.180.681)
<i>Outros passivos</i>		
AR Finance 1 FTC	6.198.326	2.472.037
Invest Finance FTC	7.612.135	2.386.396

Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais



Nos exercícios de 2012 e 2011, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2012	2011
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	46.036	64.102
AR Finance 1, Plc	1.618.996	1.997.924
Invest Finance BV		
. Créditos securitizados	4.431.843	5.215.283
. Aplicação subordinada	2.297.151	2.789.643
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	-	16.766
Monvest - SGPS, SA	19.947	28.187
US Gestar	17.971	29.465
Fundo Tejo	1.213	-
Alves Ribeiro, SA	99.028	-
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	168.692	-
<i>Juros e encargos similares</i>		
Invest Gestão de Activos	30.248	23.402
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	219.761	397.232
Fundo Inspirar	706	4.592
Fundo Tejo	1.594	726
AR Finance 1 FTC	1.697.018	2.104.428
Invest Finance FTC	4.608.289	5.363.305
<i>Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda</i>		
AR Finance 1, Plc	1.171.759	1.366.769
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	1.045	835
AR Finance 1 FTC	147.361	171.002
Invest Finance FTC	399.481	441.516
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Invest Gestão de Activos	9.000	9.000
Alrisa	295.813	283.166

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2012 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 570.601 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.



A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2012, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi o seguinte:

Presidente – Afonso Ribeiro Pereira de Sousa	278.200 Euros
Vice-Presidente – António Miguel R. R. Branco Amaral	186.450 Euros
Vogal – Francisco Manuel Ribeiro	135.975 Euros

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2012		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	4.519.774	-	4.519.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.760.531	-	4.760.531
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	70.820.814	-	70.820.814
- Instrumentos financeiros derivados	1.759.982	-	1.759.982
Activos financeiros disponíveis para venda	206.110.996	(6.781.796)	199.329.200
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	205.472.857	(27.451.498)	178.021.359
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	10.084.133	(1.172.787)	8.911.346
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	88.073.643
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	11.355.605	(1.094.531)	10.261.074
	602.958.335	(36.500.612)	566.457.723
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	15.000.000	-	15.000.000
Garantias prestadas	3.234.378	-	3.234.378
	621.192.713	(36.500.612)	584.692.101

	2011		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	8.953.430	-	8.953.430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.038.618	-	7.038.618
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	32.838.203	-	32.838.203
- Instrumentos financeiros derivados	2.130.690	-	2.130.690
Activos financeiros disponíveis para venda	82.502.192	(5.661.528)	76.840.663
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	224.450.571	(18.665.583)	205.784.988
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	19.484.803	(1.120.281)	18.364.522
Investimentos detidos até à maturidade	112.404.619	(3.263.288)	109.141.331
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	12.555.297	(1.094.531)	11.460.766
	502.358.423	(29.805.211)	472.553.212
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	41.364.286	-	41.364.286
Garantias prestadas	3.237.190	-	3.237.190
	546.959.899	(29.805.211)	517.154.688



Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Como resulta das Notas anteriores, o Banco opera em termos de crédito, com colaterais que têm referencial em termos de mercado ainda que, no caso dos imóveis, numa situação actual de liquidez mais reduzida.

Desta forma, embora com um ritmo de concretização de novas operações mais moderado, os critérios de concessão de crédito pautam-se por princípios de avaliação, do risco dos Devedores e do sector de actividade em que operam e da consistência dos Colaterais, claramente mais conservadores.

Com efeito, os processos de análise de risco e concessão de crédito, baseiam-se em princípios universais de prudência, fiabilidade da informação utilizada, alternância e complementaridade das fontes de informação, processo de deliberação vertical com intervenção universal da Administração, tentativa de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Devedores e, complementarmente, da consistência e valia, em termos de mercado, dos colaterais.

Acessoriamente, as condições financeiras aplicáveis às novas operações, reflectem, quer as actuais condições de financiamento da actividade, em termos de maturidades, como também, em matéria de margens financeiras.

Dependente, embora, da evolução do quadro macroeconómico envolvente, espera-se um comportamento da qualidade da carteira de crédito em linha com o mercado, estando o Banco preparado, em termos organizacionais e de equipa, para fazer um acompanhamento, oportuno e rigoroso de todos os eventos de crédito,

1. seja numa perspectiva de prevenção, mediante

- a atribuição de uma notação de risco a todos os Devedores, sujeitando-a a revisão dinâmica com frequência semestral;
- a monitorização permanente dos vários sinais de risco implícitos à relação dos Devedores com o universo bancário em que intervêm;
- o acompanhamento quotidiano de eventuais sinais de degradação da sua envolvente empresarial e financeira;
- a revisão regular do perfil de risco (por análise dos indicadores económico-financeiros, bancários e empresariais) do universo de Devedores com maior exposição individual ou sectorial;
- a identificação precoce de situações que justifiquem a reformulação das condições de reembolso dos créditos, de forma a acomodá-las, quando possível e devidamente justificado, à situação económica e financeira do Devedor;

2. seja, na intervenção oportuna em todas as situações de incumprimento ou não cumprimento completo e atempado, através

- de meios adequados de monitorização do incumprimento ou cumprimento irregular;
- de uma interpelação imediata e frequente a todos os Devedores em situação não regular;
- do diagnóstico objectivo dos fundamentos do incumprimento e dos eventuais meios para o superar;
- do registo e acompanhamento permanente das acções desenvolvidas e sua eficácia;
- da intervenção colegial da Área de Recuperação de Crédito e da Administração, na decisão sobre a tomada de medidas extra-judiciais ou judiciais que visem a efectiva recuperação dos créditos em risco;
- do controlo e salvaguarda da integridade dos colaterais do crédito.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso.

As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:



2012					
Tipo de contrato	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	12.734.678	202.722	-	2.997.224	15.934.623
Crédito Imobiliário	32.304.519	9.075.576	3.205.358	25.371.101	69.956.554
Crédito Mútuo	10.393.355	1.209.976	72.399	6.458.529	18.134.259
Leasing Imobiliário	65.975.612	3.816.432	6.218.843	14.278.027	90.288.914
Leasing Mobiliário	331.090	-	-	7.917	339.007
Outros Créditos	883.198	1.515.664	1.459.159	4.323.519	8.181.540
Descobertos em D.O.	1.927.991	-	-	-	1.927.991
	124.550.444	15.820.369	10.955.759	53.436.316	204.762.888

2011					
Tipo de contrato	Categoria de risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	19.658.453	-	54.563	2.081.388	21.794.404
Crédito Imobiliário	46.469.376	4.628.367	7.045.111	17.052.995	75.195.849
Crédito Mútuo	11.819.510	1.729.115	3.417.289	3.287.519	20.253.433
Leasing Imobiliário	68.410.655	4.687.908	6.637.272	16.954.723	96.690.558
Leasing Mobiliário	347.735	-	-	7.917	355.652
Outros Créditos	3.270.946	2.265.363	1.081.322	536.291	7.153.922
Descobertos em D.O.	2.284.448	-	-	-	2.284.448
	152.261.123	13.310.753	18.235.557	39.920.833	223.728.266

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.
- Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.
- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.



Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (*rating*) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2012										
	Ratings										
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	Total
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	-	462.139	17.743.664	17.703.572	3.634.704	3.566.097	904.926	-	-	26.805.712	70.820.814
Activos financeiros disponíveis para venda	539.349	3.118.986	80.957.292	69.786.643	32.711.579	3.853.150	1.690.410	-	1.292.565	5.379.226	199.329.200
Investimentos detidos até à maturidade	5.114.649	-	36.372.609	28.819.801	17.766.584	-	-	-	-	-	88.073.643
Outros créditos e valores titulados	-	2.549.380	1.072.002	1.269.598	437.353	1.660.825	1.203.332	-	718.856	-	8.911.346
	5.653.998	6.130.505	136.145.567	117.579.614	54.550.220	9.080.072	3.798.668	-	2.011.421	32.184.938	367.135.003

	2011										
	Ratings										
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	Total
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	2.373.099	-	14.200.343	3.878.861	1.469.600	306.962	445.187	-	-	10.164.151	32.838.203
Activos financeiros disponíveis para venda	4.980.599	3.528.670	18.148.801	19.928.980	7.766.233	2.480.749	508.196	-	1.003.105	19.487.402	77.832.735
Investimentos detidos até à maturidade	12.689.401	-	43.082.308	39.726.437	11.904.448	-	-	1.738.737	-	-	109.141.331
Outros créditos e valores titulados	-	9.389.703	2.909.523	1.502.953	-	3.861.050	-	-	1.015.222	-	18.678.451
	20.043.099	12.918.373	78.340.975	65.037.231	21.140.281	6.648.761	953.383	1.738.737	2.018.327	29.651.553	238.490.720

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:



	2012				2011			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Espanha	28.460.906	81.444.425	3.658.445	113.563.776	24.481.803	5.419.422	5.785.675	35.686.900
Portugal	22.653.599	33.692.483	25.305.371	81.651.453	24.548.498	34.976.170	9.155.361	68.680.029
Irlanda	13.610.730	10.321.548	7.281.592	31.213.870	10.943.688	10.319.951	4.795.749	26.059.388
E.U.A.	30.837.912	-	-	30.837.912	32.182.725	-	-	32.182.725
Holanda	10.637.821	-	18.002.116	28.639.937	6.658.477	512.311	11.756.143	18.926.931
Itália	6.987.515	12.521.723	5.460.955	24.970.193	-	-	2.902.253	2.902.253
Grã-Bretanha	16.403.950	-	3.622.619	20.026.569	22.046.321	-	3.424.180	25.470.501
França	17.349.079	539.349	1.526.887	19.415.314	7.073.143	-	-	7.073.143
Alemanha	2.992.294	-	909.236	3.901.530	1.243.025	-	901.554	2.144.579
Dinamarca	3.695.751	-	-	3.695.751	-	-	-	-
Outros	5.147.946	1.041.694	3.029.059	9.218.698	11.178.767	2.302.153	5.883.351	19.364.271
	158.777.502	139.561.222	68.796.280	367.135.003	140.356.447	53.530.007	44.604.266	238.490.720

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.760.531	-	-	-	-	-	-	4.760.531
Activos financeiros detidos para negociação	-	25.547.324	9.613.308	22.460.278	14.959.885	774.783	-	73.355.578
Activos financeiros disponíveis para venda	-	12.385.033	91.367.354	63.374.038	32.202.776	12.581.531	-	211.910.732
<i>Crédito a clientes:</i>								
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.927.991	10.947.577	9.950.270	16.207.817	131.588.158	34.141.074	709.970	205.472.857
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	5.065.708	3.967.287	-	-	9.032.995
Investimentos detidos até à maturidade	-	16.318.726	18.357.403	33.541.529	19.855.985	-	-	88.073.643
Devedores e outras aplicações	-	-	-	10.565.552	38.100	751.953	-	11.355.605
	11.523.268	65.198.660	129.288.335	151.214.922	202.612.191	48.249.341	709.970	608.796.688
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	-	942.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação	-	690	24.252	36.274	1.465	-	-	62.680
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	24.466.716	40.312.107	113.494.504	3.537.934	10.000	-	3.144.536	184.965.798
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.898.357	981.077	250.000	-	-	59.491	3.188.926
Passivos financeiros ass. a activos transferidos	-	2.722.724	721.239	10.832.204	111.437.843	-	-	125.714.011
	28.721.847	165.433.941	115.221.072	124.656.412	111.449.308	-	4.146.113	549.628.694
Gap de liquidez	(17.198.579)	(100.235.281)	14.067.263	26.558.509	91.162.883	48.249.341	(3.436.143)	59.167.993



	2011							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.038.618	-	-	-	-	-	-	7.038.618
Activos financeiros detidos para negociação	-	9.103.472	85.931	19.093.641	6.649.098	1.448.293	-	36.380.434
Activos financeiros disponíveis para venda	-	11.475.331	5.264.771	41.580.585	18.519.977	12.695.514	-	89.536.178
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.284.448	11.153.343	13.669.448	13.944.936	163.279.759	19.396.332	722.303	224.450.570
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	6.479.766	12.198.685	-	-	18.678.451
Investimentos detidos até à maturidade	-	858.881	19.930.790	68.699.585	19.652.075	-	-	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	-	10.565.552	38.100	1.951.645	-	12.555.297
	18.532.831	32.591.027	38.950.940	160.364.064	220.337.695	35.491.784	722.303	506.990.645
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	97.500.000	-	50.000.000	-	-	202.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação	-	8.414	387.861	326.517	14.043	-	-	736.835
Recursos de outras instituições de crédito	22.236.989	12.500.000	-	-	-	-	141.360	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.194.627	36.653.466	58.645.694	1.972.933	15.000	-	1.107.374	119.589.094
Responsabilidades representadas por títulos	-	26.594.707	307.265	663.364	-	-	104.167	27.669.503
Passivos financeiros ass. a activos transferidos	-	6.861	1.387.968	9.342.302	140.958.578	-	-	151.695.709
	43.431.616	173.263.448	60.728.787	62.305.115	140.987.622	-	1.555.419	482.272.008
Gap de liquidez	(24.898.785)	(140.672.422)	(21.777.847)	98.058.949	79.350.073	35.491.784	(833.115)	24.718.637

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”;
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O *Gap* de Liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este *Gap*, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos tem oscilado em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

Durante o ano de 2012 registou-se um crescimento muito assinalável da base de depósitos do banco.

O ano de 2013 será muito importante para determinar até que ponto a estabilidade histórica dos depósitos se manterá.

A captação de depósitos durante o ano de 2012 foi baseada numa estratégia de remuneração forte de depósitos de baixo montante, o que reduziu de forma muito expressiva o risco de concentração dos mesmos. Esta maior dispersão dos depósitos permitiu “normalizar” o seu comportamento em termos de oscilações mensais do volume dos mesmos, contribuindo para uma grande estabilidade da tesouraria do Banco.

O *Gap* de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao *Gap* de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido *Gap*, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições financeiras.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos, com condições de *pricing* estáveis durante a vigência do contrato.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de *trading* e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

Risco cambial



O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados. Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012				
	Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.070.284	2.333.356	174.514	182.378	4.760.531
Activos financeiros detidos para negociação	73.285.243	70.335	-	-	73.355.578
Activos financeiros disponíveis para venda	211.441.049	215.031	254.652	-	211.910.732
Crédito a clientes	214.472.068	33.730	54	-	214.505.852
Investimentos detidos até à maturidade	88.073.643	-	-	-	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	10.948.585	407.020	-	-	11.355.605
	605.125.618	3.059.471	429.220	182.378	608.796.687
<i>Passivo</i>					
Recursos de bancos centrais	228.442.066	-	-	-	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação	62.680	-	-	-	62.680
Recursos de outras instituições de crédito	6.960.071	295.143	-	-	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	180.004.846	4.726.144	12.503	222.305	184.965.798
Responsabilidades representadas por títulos	3.188.926	-	-	-	3.188.926
Passivos financeiros ass. a activos transferidos	125.714.011	-	-	-	125.714.011
	544.372.600	5.021.286	12.503	222.305	549.628.695
Exposição líquida (Posição Cambial)	60.753.018	(1.961.816)	416.716	(39.927)	59.167.992
2011					
Moeda					
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.079.068	2.817.129	142.421	-	7.038.618
Activos financeiros detidos para negociação	36.138.991	241.443	-	-	36.380.434
Activos financeiros disponíveis para venda	89.238.129	136.078	161.971	-	89.536.178
Crédito a clientes	243.056.350	72.671	-	-	243.129.021
Investimentos detidos até à maturidade	109.141.331	-	-	-	109.141.331
Devedores e Outras Aplicações	12.144.797	406.909	3.592	-	12.555.297
	503.008.431	3.674.230	307.984	-	506.990.645
<i>Passivo</i>					
Recursos de bancos centrais	147.702.517	-	-	-	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação	606.561	130.274	-	-	736.835
Recursos de outras instituições de crédito	32.250.634	2.627.715	-	-	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	117.105.804	2.436.696	1.350	45.245	119.589.094
Responsabilidades representadas por títulos	27.669.503	-	-	-	27.669.503
Passivos financeiros ass. a activos transferidos	151.695.709	-	-	-	151.695.709
	477.030.728	5.194.685	1.350	45.245	482.272.007
Exposição líquida (Posição Cambial)	25.977.703	(1.520.454)	306.634	(45.245)	24.718.638



Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto negativo nos resultados do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 de cerca de 79.000 euros e um impacto negativo nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 de cerca de 63.000 Euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2012			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	314.972	-	4.519.774	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	826.900	-	3.933.631	4.760.531
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	774.782	64.384.881	6.435.933	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	50.537	1.709.445	1.759.982
Activos financeiros disponíveis para venda	12.581.531	184.137.546	15.191.654	211.910.732
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	205.472.857	205.472.857
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	892.462	8.140.533	9.032.995
Investimentos detidos até à maturidade	-	65.727.925	22.345.717	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	11.355.605	11.355.605
	14.498.185	315.193.351	279.105.149	608.796.686
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos Centrais	-	-	228.442.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	690	61.990	62.680
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	7.255.214	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.315.028	181.650.770	184.965.798
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	3.188.926	3.188.926
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	125.714.011	125.714.011
	-	3.315.718	546.312.977	549.628.695
	14.498.185	311.877.633	(267.207.827)	59.167.991
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	111.138.740	111.138.740
- Opções	-	-	4.651.473	4.651.473
- Futuros	-	-	24.803.640	24.803.640
	-	-	140.593.853	140.593.853



	2011			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	256.335	-	8.953.430	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.242.183	-	4.796.435	7.038.618
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.448.295	19.940.012	12.861.438	34.249.744
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	2.130.690	2.130.690
Activos financeiros disponíveis para venda	13.007.874	59.955.262	16.573.041	89.536.178
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	224.450.570	224.450.570
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	876.746	17.801.705	18.678.451
Investimentos detidos até à maturidade	-	75.352.109	33.789.222	109.141.331
Devedores e Outras Aplicações	-	-	12.555.297	12.555.297
	16.954.686	156.124.129	333.911.828	506.990.643
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos Centrais	-	-	147.702.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	139.969	596.866	736.835
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	34.878.349	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.745.983	117.843.111	119.589.094
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	27.669.503	27.669.503
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	151.695.709	151.695.709
	-	1.885.952	480.386.055	482.272.007
	16.954.686	154.238.177	(146.474.227)	24.718.636
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	145.162.461	145.162.461
- Opções	-	-	4.285.402	4.285.402
- Futuros	-	-	61.654.823	61.654.823
	-	-	211.102.686	211.102.686

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2012						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.834.746	-	-	-	-	-	4.834.746
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.760.531	-	-	-	-	-	4.760.531
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	774.782	29.303.178	5.969.976	20.934.028	14.613.632	-	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.728.147	31.835	-	-	-	1.759.982
Activos financeiros disponíveis para venda	12.581.531	19.072.998	95.487.309	55.882.746	28.886.148	-	211.910.732
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	1.927.991	152.082.159	16.611.663	-	-	34.851.044	205.472.857
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	6.830.319	1.909.920	292.756	-	-	9.032.995
Investimentos detidos até à maturidade	-	31.672.824	15.371.336	21.173.497	19.855.986	-	88.073.643
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	10.565.552	38.100	751.953	11.355.605
	24.879.582	240.689.625	135.382.040	108.848.578	63.393.866	35.602.997	608.796.687
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	117.500.000	-	110.000.000	-	942.066	228.442.066
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	58.117	4.564	-	-	-	62.680
Recursos de outras instituições de crédito	4.255.131	3.000.063	-	-	-	20	7.255.214
Recursos de clientes e outros empréstimos	24.466.716	40.312.107	113.494.504	3.547.934	-	3.144.536	184.965.798
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.898.357	981.077	250.000	-	59.491	3.188.926
Passivos financeiros ass. a activos transferidos	-	115.895.381	9.818.630	-	-	-	125.714.011
	28.721.847	278.664.025	124.298.775	113.797.934	-	4.146.113	549.628.694
	(3.842.266)	(37.974.400)	11.083.265	(4.949.356)	63.393.866	31.456.884	59.167.993



	2011						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.038.618	-	-	-	-	-	7.038.618
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.448.294	12.963.854	-	14.470.655	5.366.942	-	34.249.744
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.944.261	182.187	4.243	-	-	2.130.690
Activos financeiros disponíveis para venda	13.007.874	26.239.524	3.800.143	32.753.234	13.735.403	-	89.536.178
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.284.448	161.332.260	40.715.227	-	-	20.118.635	224.450.570
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	15.898.056	1.903.649	876.746	-	-	18.678.451
Investimentos detidos até à maturidade	-	37.911.391	5.030.910	46.546.955	19.652.075	-	109.141.331
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	10.565.552	38.100	1.951.645	12.555.297
	32.988.999	256.289.345	51.632.115	105.217.384	38.792.520	22.070.280	506.990.645
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	97.500.000	-	50.000.000	-	202.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	221.005	375.861	139.969	-	-	736.835
Recursos de outras instituições de crédito	22.236.989	12.500.000	-	-	-	141.360	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.194.627	36.653.466	58.660.694	1.972.933	-	1.107.374	119.589.094
Responsabilidades representadas por títulos	-	26.594.707	307.265	663.364	-	104.167	27.669.503
Passivos financeiros ass. a activos transferidos	-	135.286.852	16.408.856	-	-	-	151.695.709
	43.431.616	308.756.031	75.752.676	52.776.266	-	1.555.419	482.272.008
	(10.442.617)	(52.466.686)	(24.120.561)	52.441.119	38.792.520	20.514.862	24.718.637

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- "Caixa e disponibilidades em Bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito": Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- "Aplicações e recursos de outras instituições de crédito" e "Recursos de bancos centrais": O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os "cash-flows", utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- "Crédito a clientes". O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.



De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* actualmente em vigor são superiores ao *spread* médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 7.992.473 Euros.

De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado *Bloomberg Generic*.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2012						
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	Activos valorizados ao custo de Aquisição	Técnicas de valorização baseadas em				
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	25.305.371	616.477	45.673.747	-	71.595.596	71.595.596
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.186.462	-	573.520	1.759.982	1.759.982
Activos financeiros disponíveis para venda	7.874.144	1.131.410	205.315.465	699.606	215.020.625	215.020.625
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	88.257.219	-	88.257.219	88.073.643
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	2.480.011	6.423.984	8.903.995	10.084.133
	33.179.516	2.934.348	341.726.442	7.697.110	385.537.416	386.533.978
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	62.680	-	-	62.680	62.680
	-	62.680	-	-	62.680	62.680



2011						
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	Activos valorizados ao custo de Aquisição	Técnicas de valorização baseadas em				
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	855.299	33.394.446	-	34.249.746	34.249.746
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.130.690	-	-	2.130.690	2.130.690
Activos financeiros disponíveis para venda	7.874.144	1.175.467	81.536.826	755.279	91.341.716	91.341.716
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	98.138.424	-	98.138.424	109.141.331
Créditos a clientes - títulos de dívida	-	-	3.797.830	13.810.611	17.608.442	19.484.803
	7.874.144	4.161.456	216.867.527	14.565.890	243.469.018	256.348.286
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	736.835	-	-	736.835	736.835
	-	736.835	-	-	736.835	736.835

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estão englobados nesta rubrica títulos sem data de reembolso definida, para os quais o Banco considerou a informação difundida de alguns contribuidores de mercado, considerando-se que estas cotações reflectiam o respectivo justo valor.
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – outras" (Nível 3).

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no *rating* e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2012 caso se aumentasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o justo valor dos activos financeiros seria inferior em cerca de 60.000 Euros. No caso de diminuirmos esse *spread* em 1%, o justo valor dos activos financeiros aumentava no mesmo montante.

41. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – "Reclassificação de activos financeiros", com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a



1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.233	182.752.165	(182.752.165)	323.287.233

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

	2012		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2012	Justo Valor em 31-12-2012
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	1.394.410	1.394.410
Crédito a clientes - títulos de dívida	9.939.468	10.084.135	8.903.995
Investimentos detidos até a maturidade	42.941.960	44.077.863	44.133.394
	54.722.008	55.556.408	54.431.799
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
	182.752.165	55.556.408	54.431.799

	2011		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2011	Justo Valor em 31-12-2011
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	763.281	763.281
Crédito a clientes - títulos de dívida	19.256.145	19.484.805	17.608.442
Investimentos detidos até a maturidade	47.200.019	48.408.798	47.501.278
	68.296.744	68.656.884	65.873.000
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
	182.752.165	68.656.884	65.873.000

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 40.



Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2012 e 2011, apresentam o seguinte detalhe:

	2012				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(408.214)	296.587	-	(762.213)	91.534
Crédito a clientes - títulos de dívida	(918.400)	233.491	(86.115)	-	240.981
Investimentos detidos até a maturidade	1.562.173	195.710	144.134	-	1.378.512
	235.559	725.788	58.019	(762.213)	1.711.027

	2011				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(394.252)	13.962	-	(465.390)	87.578
Crédito a clientes - títulos de dívida	(1.173.805)	16.730	(113.503)	-	441.035
Investimentos detidos até a maturidade	1.747.031	(184.858)	(196.534)	-	1.241.956
	178.974	(154.166)	(310.037)	(465.390)	1.770.568

Em Outubro de 2011 o Banco reclassificou para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um título de dívida Grega que estava registado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 41). O título foi transferido ao seu justo valor naquela data, tendo originado o reconhecimento de uma perda no montante de 1.166.253 Euros. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de mercado do título determinado com base nos preços disponíveis naquela data ascende a 450.100 Euros, e o valor de balanço líquido de imparidade ascende a 520.000 Euros.

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

42. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial. De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 12,6% e 12,8% respectivamente.

6. Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Invest, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 628.070.582 Euros e capitais próprios de 54.297.759 Euros, incluindo um resultado líquido de 146.500 Euros, as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão individual com as demonstrações financeiras individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual do Banco Invest, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfase

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em assembleia geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações em filiais encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco apresenta separadamente contas consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2012.

Lisboa, 28 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas do Banco Invest, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, os actos de gestão do Conselho de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras individuais do Banco em 31 de Dezembro de 2012, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2012.

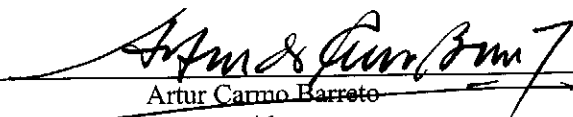
Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, com data de 28 de Março de 2013, a qual inclui um ênfase e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que após considerado o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.


Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Março de 2013

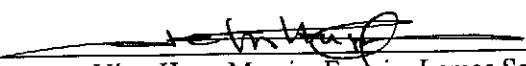
O Conselho Fiscal



Artur Carmo Barreto
Presidente



Rosendo Manuel da Silva José
Vogal



Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal



BANCO
INVEST

Lisboa

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º, 1070-101 Lisboa

Tel.: +351 213 821 700 Fax: +351 213 864 984 welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península, Salas 502 a 504 - 5º, 4150-146 Porto

Tel.: +351 226 076 390 Fax: +351 226 095 297

www.bancoinvest.pt